

MILENE MOTTA

**ESCOLHA DE SOBRENOME NO CASAMENTO:
individualidade e conjugalidade na perspectiva de gênero.**

Curso de Psicologia
Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

São Paulo

2010

MILENE MOTTA

**ESCOLHA DE SOBRENOME NO CASAMENTO:
individualidade e conjugalidade na perspectiva de gênero.**

Trabalho de Conclusão de Curso
realizado como exigência parcial para
Graduação no Curso de Psicologia, sob
orientação da Prof^a. Dr^a. Flavia Arantes Hime

Curso de Psicologia
Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

São Paulo

2010

AGRADECIMENTOS

“Eu aprendi....

...que quanto menos tempo tenho, mais coisas consigo fazer”

(William Shakespeare)

Esse trabalho é resultado de um processo árduo, contínuo e muitas vezes solitário. Contudo, diversas pessoas me ajudaram indiretamente a me fortalecer para concluir tal projeto.

Agradeço à minha orientadora Flávia Hime pelas indicações precisas e valiosas nas muitas horas de supervisão.

À Prof^a Elizabeth Montagna, parecerista desse trabalho, e quem me acompanhou em diversos projetos na faculdade.

Aos casais que aceitaram contar um pouco de sua história e momentos delicados e importantes de suas vidas, sem os quais esse trabalho não seria completo.

À minha mãe pela paciência e convivência diária e prazerosa.

Às minhas amigas pelos momentos de descontrações, risadas e suporte meio a tanto trabalho.

A todas as pessoas que colaboram direta ou indiretamente para que essa trajetória se completasse.

E principalmente a Deus, que de um jeito único me mantém viva e seguindo a diante.

Milene Motta Felix Costenaro.

ESCOLHA DE SOBRENOME NO CASAMENTO: individualidade e conjugalidade na perspectiva de gênero, 2010.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Flávia Arantes Hime

RESUMO

O nome próprio, constituído pelo prenome e sobrenome, é um constituinte do ser humano e carrega tanto as expectativas e desejos dos pais quanto a história familiar de seus antecedentes. Como é respaldado por leis, ele só pode ser alterado em circunstâncias peculiares. Uma dessas circunstâncias é o momento do casamento, no qual o sobrenome pode ser retirado ou acrescentado. Porém, o casamento nem sempre teve o mesmo sentido na história e teve seus valores alterados através dos tempos.

O presente estudo teve como objetivo compreender as marcas da decisão e os significados subjacentes à escolha do sobrenome no casamento. Para tanto foram realizadas entrevistas semi-dirigidas com homens e mulheres casados que fizeram diferentes escolhas dentro desse mesmo processo: um casal em que a esposa optou por adotar o sobrenome do marido; um casal em que ambos permanecerem com o sobrenome de solteiros, e um casal em que ambos adotaram o sobrenome de seu cônjuge. Tinha-se a pretensão de entrevistar também um casal onde apenas o homem adotou o sobrenome da esposa, porém não o encontramos.

As entrevistas foram analisadas por meio de uma análise qualitativa e mostraram que: a história de vida de cada um dos colaboradores foi relevante para a escolha individual de acrescentar ou não um sobrenome; que as questões de gênero, de poder e do significado da relação estão na base dessa decisão; e que apesar de encontrarmos discursos e atitudes pós-modernas em todos os casais, em todos eles podemos encontrar marcas e influências do tradicionalismo nessa escolha de sobrenome.

Palavras-chave: Sobrenome, casamento, identidade, gênero.

SUMÁRIO

Introdução.....	6
1. A Teoria do Apego e o Si-Mesmo.....	13
2. Questões de Gênero.....	25
3. Método.....	32
3.1. Participantes.....	32
3.2. Instrumento.....	33
3.3. Procedimento.....	33
3.4. Análise dos Resultados.....	34
3.5. Cuidados Éticos.....	34
4. Resultados.....	36
4.1. Casal em que apenas a mulher mudou de sobrenome.....	37
4.2. Casal em que apenas o homem mudou de sobrenome.....	43
4.3. Casal em que ambos permaneceram com o sobrenome de solteiro.....	44
4.4. Casal em que ambos mudaram de sobrenome.....	50
5. Análise e Discussão dos Resultados.....	57
5.1. Casal em que apenas a mulher mudou de sobrenome.....	58
5.2. Casal em que apenas o homem mudou de sobrenome.....	65
5.3. Casal em que ambos permaneceram com o sobrenome de solteiro.....	69
5.4. Casal em que ambos mudaram de sobrenome.....	74
5.5. Comparação entre os diferentes casais.....	80
6. Considerações Finais.....	84
7. Referências Bibliográficas.....	88
8. Anexos.....	92
8.1 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	92
8.2.Roteiro da Entrevista Semi-Dirigida.....	93

INTRODUÇÃO

O nome próprio, constituído pelo prenome (nome individual) e pelo sobrenome (nome de família) nos é dado desde o nascimento; é um traço da nossa identidade e alterações nesse nome próprio acarretam conseqüências para o indivíduo.

Estabelecido desde o nascimento, esse nome próprio passará a nos identificar e nos distinguir dos demais seres humanos, projetando a individualidade de cada pessoa. Faz parte da identidade do ser humano, e é por ele que o indivíduo será identificado e conhecido em sua vida pessoal e profissional. É um traço que é marcado para sempre nessa pessoa, que será lembrada até mesmo depois de sua morte.

A identidade, segundo Greimas e Courtés (*apud* Bievindas e Ravanello, 2006) opõe-se à alteridade e refere-se a um “princípio de permanência” ao garantir ao sujeito a continuidade do seu “ser”. Os discursos da cultura confortam-nos e reforçam esse sentimento de permanência providenciando-nos etiquetas como artefatos simbólicos. Um exemplo dessas etiquetas culturais são os nomes designados aos indivíduos.

Segundo Martins (1984), é esse nome próprio que:

Passará a constituir o cerne daquilo que o sujeito mais preza: o seu próprio Eu. O nome próprio individualiza o sujeito, identifica-o e o personaliza. O conjunto de signos que forma o nome próprio, além de servir de marca formal designativa do indivíduo para os outros, para a sociedade, constitui-se como um referencial único para o sujeito: ele vive como sendo ele mesmo (p. 43).

Esse nome que tanto fala de nós, é determinado por uma multiplicidade de fatores, inclusive pelo desejo daquele de nomeia (partindo do pressuposto de que o

inconsciente se manifesta no processo da escolha do nome). Portanto, o nome já chega para o indivíduo com uma série de significados e expectativas, que foram construídas pelos pais desde a notícia da gravidez. Ele “indica uma relação entre receptor e o doador do nome e, muitas vezes, é a expressão de indicadores de um nível altamente inconsciente sobre o sistema de relações entre ambos” (Berenstein, 1988, p. 46).

Seixas (1996), em sua pesquisa *A Nomeação Como Expressão do Desejo dos Pais e Atribuição de Significado ao Sujeito* afirma que:

O nome é uma palavra especial, carregada de significados, e que marca o sujeito de forma particular e definitiva, pois vem carregado de um sentido que preexiste ao sujeito.

O sentido do nome é transmitido pelo desejo inconsciente dos pais, isto é, daqueles que exercem o ato da nomeação. Portanto, a escolha do nome para o filho traz implícito, o desejo de seus pais, um desejo atravessado por signos que fazem parte da bagagem de idéias associativas presentes no imaginário dos mesmos (p.27).

Nesse sentido o nome poderá influir no que o sujeito será mais tarde. Ele é o resultado de uma elaboração atravessada desde o início pelo desejo de outras pessoas, e vai impor-lhe sentidos virtuais, *a priori*, os quais indicarão um lugar ao sujeito que o portar. Ele carrega tanto as expectativas e desejos dos pais quanto a história familiar de seus antecedentes.

Particularmente é o sobrenome que leva a tradição, o peso das gerações antecedentes, e a mitologia familiar que se faz presente no seio do próprio sujeito, internalizado no seu ser. Ele tem a função de inscrever o sujeito dentro de uma

linhagem, e a sua ausência traz significados e complicações para o indivíduo, que se vê perdido no auto-conhecimento de que ele é o próprio de quem se trata, como se a própria pessoa estivesse errada ou enganada acerca de si mesmo. É isso que podemos ver com Ciampa (2007), em um trecho em que ele retrata um momento da vida de sua personagem Severina:

Disse que só foi registrada em cartório quando já estava em Salvador, após a morte da mãe, por uma família da qual era empregada. Foi então registrada com o sobrenome dessa família (e não o de sua família de origem). Após esta informação comentou: “quer dizer que eu sou falsa! Eu não sou Severina de Tal (...)”. Surpreendentemente, ela não diz que seu nome é falso; diz: “eu sou falsa! (p.148).

Podemos dizer, frente a estes estudos, que toda mudança de nome acarreta um impacto na identidade das pessoas, impacto este que pode advir de uma descoberta súbita de algo desconhecido, mas pode acontecer também por escolha, por exemplo, quando ocorrer a mudança de nome com o casamento.

Só o casamento já representa uma grande mudança dentro do ciclo vital de um jovem casal. Caillé (1991) comenta dos desafios dos parceiros que buscam essa união: devem esforçar-se sozinhos para manter o lar e legitimar a própria escolha de forma mais independente possível dos pais, da família de origem de cada um. Como outros desafios, o autor destaca o distanciamento dos modelos parentais e a criação de um modelo próprio de relação. Carter & McGoldrick (1995) vão um pouco mais além e relatam os desafios emocionais que esse jovem casal deve superar: acomodação mútua,

separação da família de origem, negociação de uma relação diferente com os pais, irmãos, parentes e amigos, e a inclusão do cônjuge na família de origem. Este conjunto de transações padronizadas é influenciado por uma história de vida anterior, familiar e pessoal, diferente para homens e mulheres.

Segundo o Novo Dicionário da Língua Portuguesa, o casamento é o “ato solene de união entre duas pessoas de sexos diferentes, capazes e habilitadas, com legitimação religiosa e/ou civil” (Ferreira, 1988).

O casamento é respaldado pela Constituição Brasileira e, portanto, deve obedecer algumas leis civis. O presente trabalho visa compreender a mudança da nomeação durante o processo de matrimônio. Assim sendo, daremos mais enfoque às possibilidades e direitos de alteração do sobrenome que ocorrem durante esse processo.

Segundo Ferreira, o Código Civil de 1916 previa que: “A mulher, com o casamento, assume a condição de companheira, consorte e colaboradora do marido nos encargos de família, cumprindo-lhe velar pela direção material e moral desta. Parágrafo único. A mulher poderá acrescentar aos seus os apelidos do marido” (p.25).

Assim, no que diz respeito ao casamento, esse Código Civil falava da faculdade da mulher de acrescentar, no momento da celebração do casamento, os apelidos ou o nome de família do marido. Nesse momento, somente a mulher poderia receber o sobrenome do marido, seguindo-se a idéia da família patriarcal que embasava a concepção familiar na época do Código Civil antigo. Assim, a mulher brasileira adotava o sobrenome do marido, simbolizando a completa associação entre os cônjuges, demonstrando a comunhão de vida com o marido.

Depois de um tempo essa lei se tornou muito antiga e discutiu-se se essa faculdade atribuída à mulher deveria ser estendida também ao homem por causa da

aplicação do princípio da isonomia de direitos e deveres conjugais estabelecida pelo artigo 226 § 5º da Constituição Federal de 1988. (Cavalcanti, 2005).

Assim, o novo Código Civil brasileiro (Lei n. 10406/2002) estabeleceu que qualquer um dos cônjuges poderá acrescentar a seu sobrenome o nome de família do outro. Portanto, atualmente tanto o homem quanto a mulher possuem o direito, expressamente regulamentado em lei, de acrescentar o nome de família do outro cônjuge ao seu próprio nome durante o casamento; porém somente o sobrenome pode ser acrescentado ou retirado.

Marcelino e Fermeirão, em seu trabalho sobre O Direito ao Nome e os Direitos da Personalidade (2007) vão um pouco mais além das leis jurídicas e discutem o impacto da mudança de sobrenome na personalidade tanto do homem como da mulher.

Segundo eles:

Adotar o sobrenome de outra pessoa e passar anos sendo chamado por aquele nome, faz com que a pessoa se identifique com este nome, passando a fazer parte de sua identidade. Afeta toda a vida pessoal, profissional e social dessa pessoa que utiliza o sobrenome acrescido como se fosse seu próprio nome de batismo (p. 546).

Porém, como sabemos a história nem sempre foi assim: Os primeiros registros a respeito do casamento e suas leis são da Mesopotâmia e Egito antigo, e referem-se, principalmente, ao casamento de nobres, associado à transmissão de bens e poder. Essa característica do casamento como transmissão de poder permaneceu por muito tempo e

era arranjado de acordo com interesses financeiros. Interesses estes baseados nos familiares e nos grupos, não importando como os jovens se sentiam.

Com o advento do cristianismo o casal tornou-se importante para o casamento, havendo relação íntima entre os parceiros. A união matrimonial só alcançava sua plenitude quando os esposos se amavam e ajudavam um ao outro (2 Cor, 11, 2, apud Norgren, 2002, p. 17). Mas foi o amor cortês o responsável pela invenção do casal amoroso. O romantismo veio a exercer sua influência nas relações conjugais e o amor tornou-se virtude pessoal, sem compromisso com os ideais públicos, submetendo-se a normas impostas por suas próprias consciências. Assim, o casamento passou a ser uma opção e era a felicidade pessoal que era valorizada, e não mais os interesses econômicos e familiares.

Sobre a ritualização do casamento cristão, esta teve início na Idade Média, e foi no século XVI que a cerimônia religiosa do casamento começou a ser celebrada no interior das igrejas. Nesse período os casamentos eram celebrados exclusivamente pela Igreja, cabendo somente a ela o direito de intervir em tudo que dissesse respeito ao matrimônio. Foi a partir da Revolução Francesa que o casamento tornou-se assunto exclusivamente jurídico, tornando-se opcional o casamento religioso e obrigatório o civil, que era celebrado de acordo com as determinações do Estado. E é esta a configuração atual, segundo Ferreira (1988), citado anteriormente.

Levando em conta a grande dificuldade de encontrar pesquisas que analisassem mais especificamente o sobrenome; considerando essas mudanças de valores do casamento que vem se transformando através dos tempos, e analisando esse breve percurso do nome próprio como constituinte do ser humano, busca-se nesse trabalho identificar as marcas da decisão e os significados subjacentes à escolha do sobrenome no casamento.

Tendo-se encontrado poucos trabalhos com o foco no sobrenome, o presente estudo pretende contribuir à compreensão do sentido, dos antecedentes e das conseqüências das diferentes opções acerca do sobrenome no matrimônio. Estas informações poderão respaldar reflexões sobre os conhecimentos existentes.

Vivemos numa sociedade em rápidas transformações que interferem na construção da subjetividade. Portanto, esse trabalho de conclusão de curso poderá levar a uma maior compreensão do processo de construção do si - mesmo, que se compõe de estabilidade e mudança, progresso e retrocesso, continuidades e rupturas, já que o ser humano é um projeto em aberto.

O casamento é um evento importante no desenvolvimento humano e as questões relativas ao sobrenome poderão dar indícios das mudanças na individualidade das pessoas entrevistadas, assim como gerar informações acerca da conjugalidade. Por outro lado, devido à recursividade existente entre o âmbito pessoal e social, o estudo gerará informações sobre essa sociedade em transformação.

Essas reflexões são fundamentais ao psicólogo que trabalha tanto com indivíduos como com o coletivo nas suas várias possibilidades de intervenção terapêutica, de promoção de saúde, entre outras.

1. A TEORIA DO APEGO E A CONSTRUÇÃO DO SI-MESMO: a separação e a ligação no ciclo vital

O objetivo desse capítulo é discutir a construção do si-mesmo a partir da teoria do apego a fim de elucidar suas conseqüências e particularidades para os futuros relacionamentos amorosos dos indivíduos. Para tal, começaremos apresentando a teoria do apego de Bowlby, da infância a vida adulta; passaremos pela definição de si-mesmo de Bruner; falaremos da concepção dos relacionamentos anteriores e suas conseqüências para os relacionamentos românticos; até chegarmos às particularidades desse tema na pós-modernidade.

Segundo Bowlby (1987) o “apego caracteriza os seres humanos do berço à sepultura” (p.122), e é através de sua teoria que é possível compreender os relacionamentos interpessoais, analisando o sentido bio-socio-cultural de sua construção e rompimento. Pois, dentre outras coisas, as experiências com a figura de apego nos primeiros anos de vida serão a matriz dos padrões e dos estilos de comportamento manifestados por uma pessoa.

Apego é entendido aqui como a ação de uma pessoa para alcançar ou manter proximidade com outro indivíduo, onde o outro proporciona um sentimento de segurança e conforto para com uma pessoa.

O papel do apego na vida dos seres humanos envolve o conhecimento de que uma figura de apego está disponível e oferece respostas, proporcionando um sentimento de segurança que fortalece a relação. Assim, o outro, em um relacionamento de apego, é usado como uma base segura, a partir da qual se explorará o resto do mundo.

Ainsworth (1978) desenvolveu um método experimental conhecido como “Situação Estranha” para investigar os estilos de apego, dando origem a um sistema de

classificação do apego entre o cuidador e a criança que compreende 4 tipos: padrão seguro, padrão ambivalente ou resistente, padrão evitativo, e por fim, padrão desorganizado ou desorientado.

O padrão seguro corresponde ao relacionamento considerado como uma base segura, de onde a criança poderá explorar o mundo de forma entusiasmada e quando necessitada mostra confiança em obter cuidado e proteção da figura de apego.

O padrão resistente é caracterizado pelo comportamento imaturo da criança em relação a sua idade e pouco interessada em explorar o ambiente. Sugere uma falta de confiança nos cuidadores em relação aos cuidados, à disponibilidade e à responsividade.

Já no padrão evitativo a criança mostra-se pouco inibida com estranhos e é menos propensa a procurar o cuidado e o conforto da figura de apego em situações de estresse. A hipótese de Ainsworth é que essas crianças foram rejeitadas quando revelaram suas necessidades, aprendendo a ocultá-las em momentos relevantes.

E por último, o padrão desorganizado revela-se quando as crianças apresentam um comportamento contraditório e incoerente para lidarem com a situação de separação. Esse padrão é associado a fatores de risco e aos maus-tratos infantis.

Quanto mais nova uma criança for, maior a frequência e a intensidade dos comportamentos de apego com o cuidador. Estes vão diminuindo gradativamente com o passar dos anos, pois a criança vai internalizando e criando uma habilidade de representação mental. Porém, esses comportamentos sempre irão permanecer, e serão ativados em situações que demandarem segurança e proteção.

Bowlby defende que existe uma relação muito estreita entre as experiências das crianças com os pais e sua capacidade posterior de estabelecer vínculos afetivos. Ainda na primeira infância, “a criança se habilita a construir modelos funcionais de como esperar que o mundo se comporte, como o cuidador e outras pessoas significativas

poderão se comportar, acerca dela mesma e das interações entre todos” (Sousa, Ramires, 2003).

A criança constrói um modelo representacional interno de si mesma, dependendo de como foi cuidada. Mais tarde esse modelo internalizado permite à criança acreditar em si própria, tornar-se independente e explorar sua liberdade.

Esses modelos são como expectativas de seqüências de comportamentos que implicarão na tendência de recriarmos, em cada relacionamento, o padrão com o qual estamos familiarizados. Essas representações guiarão nosso próprio comportamento e servirão como uma base de predição e interpretação do comportamento de outras pessoas às quais se é apegado.

Além disso, a construção dos modelos internos de funcionamento capacita à representação do comportamento em termos de estado mental, o qual é determinante na organização de um eu, de um si - mesmo, e é adquirido no contexto das primeiras relações sociais da criança.

Com o passar do tempo, e com um crescente no número de relacionamentos, esses modelos podem ir se alterando e/ou se somando em características. Assim, as expectativas e concepções acerca dos relacionamentos próximos e românticos também são constituídas pela observação dos casamentos dos pais, pelas experiências em relacionamentos anteriores e pelas narrativas e histórias sócio-culturais que são difundidas.

Essas concepções começam a se formar na infância, porém, como já dissemos, esses modelos vão se alterando. Nas crianças, o apego em relação aos cuidadores é manifestado via comportamento; já as representações dos adultos são mais diferenciadas e cognitivamente complexas. Incluem, além do comportamento, um sistema de

conhecimento abstrato dos afetos a ele relacionados, assim como uma representação de si, do outro e dos relacionamentos.

Em um bebê os comportamentos de apego podem ser classificados apenas como promotores de proximidade-contato com o cuidador, tendo pouca organização e sendo mais voltados para o cuidado. Cada ação (chorar, sugar, sorrir) tem suas condições de ativação e desativação e são vistos como padrões fixos à figura de apego. Com o desenvolvimento cognitivo, motor e perceptivo passa a existir uma busca ativa de proximidade à figura de apego, como por exemplo: ir engatinhando, andar, etc.

Já mais velha, uma criança, no seu relacionamento com pares, estabelece uma relação de afiliação e um comportamento mais horizontalizado que envolve cooperação, competição e intimidade. Porém, ainda mantém a figura materna e/ou paterna como a figura de segurança e de apego central.

Na adolescência, a segurança continua associada aos pais, embora também se observe uma tendência a rejeitá-los, como se isso fosse necessário para se alcançar a identidade pessoal, por meio da discriminação deles. Essa mudança na relação com a figura de apego habilita o adolescente para relacionamentos fora do círculo familiar.

Nessa fase a relação com pares, no sistema afiliativo, é muito valorizada. Começa a surgir o interesse pela sexualidade e iniciam-se os primeiros relacionamentos amorosos. Portanto, na adolescência as experiências se caracterizam por uma rede social bem mais ampla que na infância. É como um período de transição, sendo que as relações com os melhores amigos e as primeiras relações amorosas são preditivas dos estilos de relacionamentos da idade adulta, embora não determinantes.

No adulto, as interações são cognitivamente mais complexas que as anteriores, e integram os sistemas comportamentais de apego, de cuidado, de sexualidade/reprodutivo e o sistema afiliativo.

Um adulto habitualmente busca proximidade do seu parceiro, que funciona como porto seguro, e provedor de proteção e conforto diante de experiências de desconforto ou ameaça. Na relação romântica os papéis são recíprocos e horizontais, e diante de uma separação ou ameaça, geram-se demonstrações de protesto, tristeza e dor.

A atração sexual e a intimidade ocupam um lugar importante no relacionamento amoroso adulto, podendo chegar a contribuir para um vínculo de apego nesses relacionamentos. Já o sistema afiliativo continua a ser uma faceta importante nesse período da vida, pois existe uma predisposição biológica dos seres humanos de procurar interagir com outros conhecidos e significativos.

Assim, ao longo da vida, as concepções dos relacionamentos particulares: pais-filhos, com pares e relacionamentos românticos, servem como base para uma concepção particular dos nossos relacionamentos em geral.

Como vimos, o ser humano se constrói em relação. Sua dependência do cuidador tão prolongada em relação aos outros animais empresta-lhe uma singularidade que se refere ao fato de não só necessitar de cuidados instrumentais que garantam sua sobrevivência, mas também do afeto que é fundamental, sendo uma necessidade primária, e não, como se pensava no passado, secundária à alimentação.

Autores anteriores a Bowlby consideravam que porque o bebê é tocado e aconchegado pela mãe na amamentação ele estenda a sensação de satisfação da fome à satisfação afetiva, que seria dessa maneira secundária a alimentação. Estudos de campo como o de René Spitz (1979) revelaram que, embora a criança seja suprida instrumentalmente, se não receber afeto, não tem condições de se manter viva.

Essas experiências de contato afetivo vão permitindo a construção de si e do mundo, assim como a valoração de si, do outro e do mundo, em um processo sempre recriado.

Segundo Bruner (2002), o si-mesmo é resultado de um processo de construção de significados distribuídos nas relações interpessoais, ou seja, é por meio do sentido atribuído as relações sociais que podemos apreender a concepção de “eu” naquele momento e enquanto relação.

Assim, a noção de eu apresentada por Bruner é de um eu construído a todo o momento, ou seja, um eu mutável, flexível, em processo e aberto às possibilidades de experiência.

Portanto, desde a infância estamos inseridos em relações interpessoais que vão nos atribuindo significados e experiências que serão reativadas e reutilizadas até o final de nossas vidas. Assim, o círculo dessas pessoas significativas é cúmplice das nossas histórias, narrativas e autoconstruções. E é por isso que Bruner (2002, p. 99) considera que “o si-mesmo está inserido na rede de outros si-mesmos” e por eles vai sendo transformado e resignificado.

Já vimos que todas as concepções de relacionamentos anteriores influenciam e formam a base do relacionamento romântico. Segundo Hime (2004) é na relação amorosa que a pessoa vai sendo confirmada como uma individualidade, e também se constrói, escolhendo e rejeitando possibilidades de ser, num movimento contínuo de composição e conceituação de si-mesmo.

Ligação e separação são duas vertentes que se interceptam, ora conflitando, ora se complementando na construção de si e das relações. Vários autores têm-se ocupado da compreensão destes processos ao longo do ciclo vital.

Erikson (1976), por exemplo, considera a formação de identidade, ao final da adolescência, como central no desenvolvimento.

O adolescente passa por um período de descoberta de si-mesmo. Acompanhado por um rápido crescimento físico, o início de impulsos sexuais, mudanças nas relações

interpessoais e a tentativa de se tornarem independentes dos pais, eles devem buscar o lugar que ocuparão na sociedade, sendo estimulados a se interrogarem sobre si mesmos e seus valores.

Os valores da infância, que antes eram inquestionáveis e inalterados, nesse período passam a ser cuidadosamente questionados. Objetivos de vida tornam-se possibilidades reais e eles podem experimentar novos papéis e variá-los no dia-a-dia, a fim de descobrirem e estabelecerem um padrão de comportamento e uma personalidade própria que não se conhece.

Erikson defende para essa faixa etária uma moratória psicossocial: período de tempo em que uma ampla gama de papéis podem ser testadas, sem que se cobre do adolescente que ele assuma compromissos. Isso ocorre em todas as áreas: profissional, social, amoroso, sexual, etc. Uma experimentação com foco levará o jovem a adquirir certo senso de estabilidade e de constância, característica principal do senso de identidade.

Nesse mesmo período da vida, estruturas de defesa e adaptação que antes se encaixavam perfeitamente com dados de realidade da infância deixam de ser adequados à assimilação das novas exigências da adolescência, proporcionando a aparição de uma crise psicológica. Segundo Erikson, esta acontece quando um jovem percebe um conflito entre os materiais sociais que pode empregar em sua vida e seu desejo para usá-lo. O indivíduo deixa de se encaixar em qualquer papel social particular, e luta contra um sentido de confusão identitária para atingir um sentido de identidade. O desafio do adolescente, então, é atingir um sentido de continuidade do ego e um sentido de autoconsciência, buscando esta continuidade.

Os relacionamentos amorosos são um fator muito importante de se considerar, nesse período e nessa busca, da formação da identidade. Segundo Brown (1999), no

início da adolescência, o despertar da libido realça a importância das relações românticas, porém, os jovens ainda precisam negociar as suas necessidades sexuais florescentes no contexto de outras necessidades da adolescência, como a aceitação dos amigos. Usado fundamentalmente como meio de ampliar o conceito de si mesmo pessoal, o romance na adolescência emerge primeiro como uma questão identitária, isto é, como um veículo de auto-expansão e auto-exploração, e não necessariamente como uma questão relacional (Brown, 1999).

Com o tempo, porém, o enfoque no si-mesmo alarga-se para incluir o si-mesmo em relação com outros. Os adolescentes então se tornam mais conscientes de que o romance é um assunto público, que fornece um feedback da sua imagem e reputação entre os amigos (Brown, 1999, p.308). Os amigos influenciam a pessoa com que se pode ou não namorar, bem como o modo de se comportar ou não.

À medida que cresce, o adolescente experimenta profundas necessidades de intimidade, expressas no desejo crescente de troca, partilha e apoio. O romance durante este período desenvolvimental, à semelhança da identidade, torna-se uma questão pessoal e relacional. Os adolescentes procuram uma nova relação mais profunda e substancial nas suas ligações românticas.

Por fim, existe uma necessidade de olhar para o futuro, concomitantemente com uma necessidade de profundidade relacional. E as características relacionais como a partilha de interesses e de metas para o futuro são as razões mais citadas para o namoro entre os adolescentes mais velhos.

Todos os adolescentes passam por essas fases e suas conseqüentes mudanças, porém, estas diferem quando levadas em conta as diferenças de gênero. Segundo Erikson (1976), para os meninos, a identidade precede a intimidade e enquanto para as

mulheres, a intimidade segue junto com a identidade, uma vez que a mulher vem a conhecer-se como é conhecida, através de seus relacionamentos com outros.

Segundo Gilligan (1982), as diferenças de gênero irão aparecer nessas experiências iniciais de individuação e relacionamento, sobretudo nas questões de dependência, que são vividas e entendidas por ambos de maneiras divergentes. Para meninos e homens, separação e individuação estão totalmente vinculadas à identidade de gênero, uma vez que a separação da mãe é essencial para o desenvolvimento da masculinidade e esta por sua vez, define-se através da separação e é ameaçada pela intimidade. Para meninas e mulheres, questões de identidade feminina não dependem da separação com mãe, elas se definem através do apego e a identificação com essa figura e são ameaçadas exatamente por uma possível separação.

Essa dinâmica diferente na formação da identidade de gênero, através da contraposição entre identidade e intimidade entre homens e mulheres, faz com que Gilligan acredite que os sexos falem duas vozes diferentes: ligação e separação, por mais que acreditem ser a mesma.

Na idade adulta jovem, quando intimidade e identidade convergem em dilemas de compromissos conflitantes, o relacionamento entre ambos vem à tona. Enquanto nos homens a separação define e fortalece o eu, nas mulheres, é a ligação que cria e mantém a comunidade humana.

Esse contraponto, de vozes e de diferentes moralidades, entra em um equilíbrio e se complementam na descoberta da maturidade, quando a divergência em julgamento entre os sexos é solucionada pela descoberta de cada um da perspectiva do outro e o relacionamento pode consistir em harmonia, integridade e cuidado.

Essa perspectiva norteou os pensadores modernos, que viviam numa sociedade mais estável, previsível e com uma expectativa de vida menor. Hoje os indivíduos vivem mais, transformam-se e transformam seus projetos.

A partir das décadas de 60 e 70 do século XX, observou-se transformações em vários âmbitos (social, político, econômico, etc) advindas de insatisfações com o *status quo* e da necessidade de várias minorias terem seus direitos reconhecidos: gays, lésbicas, mulheres e negros lutavam por mudanças que garantissem o exercício de sua cidadania.

Ocorreram, assim, mudanças no contexto mais amplo (sociedade) e também na construção da subjetividade e das relações interpessoais. O conceito de eu estável e duradouro também passa a ser questionado, e na pós-modernidade, ganha outras caracterizações.

Penna (2006) esclarece que: “A pós-modernidade é considerada, em geral, como o tempo atual, no sentido de época, quase sinônimo de atualidade, sendo que alguns autores usam pós-modernidade e pós-moderno de modo intercambiável”. (p. 15).

Portanto, em sua definição, a pós-modernidade é o período atual que estamos vivendo. Período este que “compreende o relacionamento como um acordo de interesses momentâneos, que produz insegurança quando a intenção era diminuí-la”. (Andrade, 2008, p.10).

Gergen (1992) discute o sentido do eu nesse período da pós-modernidade. As transformações sociais expõem o indivíduo a diferentes contextos, opiniões, valores e estilos de vida, gerando o que ele chama de “colonização do eu”, ou seja, “a aquisição de múltiplas e díspares possibilidades de ser”. (p. 100). Muitos “eus” ficam latentes, podendo emergir, tornando cada vez mais difícil a possibilidade de coerência interna e o compromisso com uma identidade própria e estável.

Durantes séculos, o eu era identificado pelo seu sentido de continuidade, de “mesmidade” ao longo do tempo. As relações eram confiáveis, continuadas, diretas e sempre favorecendo um sólido sentido do eu.

Para o pós-moderno, o eu individual perde lugar para a relação com os outros. Os “eus” passam a ser construídos e não mais reais, únicos e indivisíveis. Portanto, para a pós-modernidade, Gergen propõe a substituição do objetivo tradicional de estabilidade do eu por um eu mutável, flexível, em processo e aberto às possibilidades de experiência.

A própria história pessoal é uma propriedade cultural, na medida em que depende das relações sociais. A verdade é construída e a biografia passa a existir como um sociobiografia, pois somos construídos em diversos grupos sociais, ficando expostos a uma multiplicidade de possibilidades vindas de um mundo socialmente saturado.

A transformação do conceito de “eu” verdadeiro e independente para um mutável impõe a necessidade de compreender como se dá o “nós”, a relação, a partir da realidade convencional.

Gergen acredita que à medida que a realidade se transforma, alteram-se o casamento e outras variedades de compromisso. Nesse mundo saturado de possibilidades, o compromisso afetivo apresenta-se desgastado e as relações tornam-se fracionadas, pois são construídas sobre um aspecto restrito do indivíduo.

O divórcio aparece como um caminho possível na busca da auto-realização. Temos como modelo interno a busca do objeto amado que unifica. Ao mesmo tempo em que a paixão junta os fragmentos, dando a sensação de unicidade, nega o projeto pessoal que valoriza a autonomia, a diferenciação. Com sua legalização abriu-se a possibilidade de novos arranjos familiares: a família tradicional, composta por pai, mãe e filhos, antes o único modelo aceitável, passou a compartilhar o espaço com “n”

possibilidades: a família monoparental, chefiada apenas por um indivíduo, as multinucleares, as gays e lésbicas, etc. Desta forma, a duração da relação dá lugar à busca por satisfação, sendo os relacionamentos contingentes.

Percebe-se, nesse momento de rápidas transformações tanto no âmbito social, quanto no relacional e também na construção da subjetividade, uma superposição de padrões arcaicos e modernos. Figueira (1987) denomina este fenômeno de modernização reativa: ainda não temos novos “mapas” que nos orientem e que sejam válidos à nova realidade que se apresenta. Podemos constatar a existência de contradições e conflitos em vários âmbitos, inclusive nas relações de gênero, que discutiremos a seguir.

2. QUESTÕES DE GÊNERO

O foco desse capítulo é refletir sobre a construção da conjugalidade e sua determinação pelo gênero. Para isso, discutiremos os primeiros interesses pelas diferenças sexuais; mostraremos os primeiros movimentos feministas; passaremos pelo nascimento do conceito de gênero; até chegar a sua definição e posterior diferenciação entre sexo e gênero, para podermos falar da construção da conjugalidade de dois indivíduos.

A discussão sobre as diferenças sexuais é antiga, porém perdura até os dias de hoje. Querer saber quais as semelhanças e diferenças entre homens e mulheres ainda tem sido tema de diversas produções literárias e científicas. Entretanto, no campo científico, somente nas três últimas décadas é que pesquisadores formularam hipóteses e questionamentos que viam além das diferenças físicas em busca de desvelar as desigualdades e injustiças que existem no cotidiano das relações entre homens, entre mulheres, e entre homens e mulheres.

Esses primeiros questionamentos das diferenças sexuais nasceram no início do século XX com o surgimento de movimentos feministas que reclamavam a obtenção de direitos e oportunidades iguais para as mulheres, como o direito ao voto e a entrada para o mercado de trabalho.

A partir daí, diversos movimentos de mulheres começaram a emergir, favorecendo a elaboração das primeiras leis organizadas em torno do que foi chamado de movimento de emancipação feminina, voltado para a discussão sobre os direitos específicos das mulheres como o de igualdade sexual, política, trabalhista, de mobilidade e plenos direitos civis, incluindo seu direito à maternidade voluntária.

Posteriormente, a todos esses movimentos em busca da igualdade da mulher deram o nome de feminismo. Feminismo que ficou conhecido pelo movimento de defesa dos direitos iguais para homens e mulheres, atrelado ao compromisso de melhorar a posição da mulher na sociedade. Portanto, ele já pressupõe uma condição básica de desigualdade, seja ela concebida como dominação masculina, patriarcado, desigualdade de gênero ou os efeitos da diferença sexual.

Nos anos 20 e 30, partindo da crença de que existiam diferenças pré-organizadas e determinadas biologicamente, as investigações psicológicas acerca do que posteriormente denominou-se gênero acontecia para prevenir neuroses e melhorar as relações entre os sexos.

Nos anos 50, o foco de estudo estava nos papéis sexuais. No início do século XX, enquanto os homens estavam na 1ª Guerra Mundial as mulheres ganharam espaço na sociedade; já nos anos 50, após o período da 2ª Guerra Mundial, esse espaço antes conquistado foi perdido, e as mulheres voltam para a casa. Houve uma nova valorização da mãe e esposa tradicionais, baseando-se em conteúdos e funções específicas dos comportamentos masculinos e femininos, com o predomínio do traço psicológico. Pesquisava-se a aprendizagem de papéis sexuais na infância, processo conhecido como tipificação sexual, e a socialização na família e em outras instituições sociais produzia e justificava a inferiorização das mulheres perante os homens.

No início dos anos 60 e 70, ao lado de outras minorias, o feminismo intensificou sua busca pela compreensão das condições de subordinação das mulheres, buscando a ampliação dos Direitos Humanos a todos os indivíduos, incluindo as mulheres.

Desenvolvido no âmbito desses movimentos feministas e visando compreender as relações sociais entre homens e mulheres foi desenvolvido o conceito de gênero, que apareceu pela primeira vez no início dos anos 70, na obra da socióloga inglesa Ann

Oakley denominada “*Sex, gender and society*”, para distinguir inicialmente o caráter biológico do sexo e o caráter sócio-cultural do gênero:

“... ‘sexo’ é o termo da biologia e ‘gênero’ é empregado na psicologia e com relação a processos culturais. Poder-se-ia pensar que essas palavras são simplesmente dois modos de se considerar a mesma diferença e que se, por exemplo, uma pessoa é do sexo feminino, pertence automaticamente ao gênero correspondente (feminino, neste caso). De fato, não é assim. Ser homem ou mulher, menino ou menina, é tanto a maneira de se vestir, os gestos, as atividades, a rede social, e a personalidade, como os órgãos genitais que uma pessoa tem” (Oakley, 1972, p.158).

A partir da década de 80 os estudos de gênero permitiram uma releitura crítica das teorias e pesquisas sobre mulheres, desvinculando-se dos estereótipos sexuais e ultrapassando o reducionismo biológico. A partir dessa nova categoria de análise, a feminilidade e a masculinidade passaram a ser entendidas como culturalmente construídas e situadas no espaço e no tempo: os discursos criam as diferenças entre homens e mulheres (Hime, 2004).

Segundo Kimmel (2000) as questões relativas ao poder estão na base desse processo. Tradicionalmente, os homens têm sido identificados única e exclusivamente como provedores, responsáveis pelo trabalho e pelo dinheiro de toda a família. Já as mulheres, são vinculadas aos cuidados da família e as relações, como se abrissem mão de sua autonomia, independência e assertividade. Um olhar a partir do gênero relativiza essas atribuições, considerando-as resultado da prescrição de significados sócio-

culturais e psicológicos sobre as identidades sociais (De Barbieri, 1991). O gênero, portanto, revela como as diferenças sociais se estruturam a partir das desigualdades entre os sexos e como se atribui significado às relações de poder.

Para uma definição de gênero, acompanharemos De Barbieri (1991):

“os sistemas de gênero/sexo são os conjuntos de práticas, símbolos, representações, normas e valores sociais que as sociedades elaboram a partir da diferença sexual anátomo-fisiológica e que dão sentido à satisfação dos impulsos sexuais, à representação da espécie humana e em geral ao relacionamento entre as pessoas” (p.30).

Assim, gênero é conjunto das características psico-sociais consideradas apropriadas para cada grupo sexual (homens e mulheres), ressaltando-se a influência dos aspectos biológicos e sociais.

Mas como distinguir entre sexo e gênero se mesmo na literatura acadêmica e no cotidiano atual faz-se o uso de um termo pelo outro como se fossem iguais?

Enquanto gênero é uma construção imaginária e simbólica, sexo é um conjunto de características genóticas e fenóticas presentes nos sistemas, funções e processos do corpo humano (Maciel Jr, 2006). Assim, existe uma diferenciação das características sexuais, limitações e capacidade que as mesmas implicam, das características sociais, psíquicas e históricas das pessoas que vivem nas sociedades em que os padrões de identidade, modelos, posições e estereótipos do que é ou deve ser o indivíduo, respondem a uma bimodalidade em função do sexo ao qual pertence (Izquierdo, 1999).

Como vimos, as diferenças de gênero tem raízes históricas em formas e estruturas de relacionamento segundo os quais homens têm maior *status* que as

mulheres. Embora os ideais de relacionamentos tenham mudado, muitos estereótipos de gênero persistem, influenciando nosso comportamento principalmente quando não percebemos. Sob essa perspectiva, para o desenvolvimento conjugal, é necessário que se estabeleça uma diferenciação entre os padrões de gênero estruturalmente e culturalmente fundados no desenvolvimento do indivíduo.

Atualmente, na pós-modernidade, discutida no capítulo anterior, desvitaliza-se o ideal de mulher do lar, estimula-se o estudo e o trabalho, havendo possibilidade de auto-invenção e construção de um futuro indeterminado. Segundo Lipovetsky(1997) “ essa terceira mulher é uma auto-criação feminina” (p. 237). E tanto para homens como para mulheres valoriza-se o arbítrio e a individualidade.

Walters, Carter, Papp e Silverstein (1996) chamam a atenção para o fato de que é impossível analisar as questões sobre o amor, casamento, sexualidade ou intimidade sem levar em conta o modo pelos quais homens e mulheres são ensinados a experimentar relações íntimas.

Embora os novos casais busquem dinâmicas relacionais mais igualitárias, sofrem ainda a influência de modelos tradicionais de homem, mulher e relação conjugal. Isto se deve ao fato do mundo social estar dividido ainda em esferas excludentes, o que influencia na construção e manutenção de traços psicológicos: assim, por exemplo, são atribuídas às mulheres as características necessárias ao âmbito privado, como o acolhimento, a expressividade emocional, a sensibilidade, etc; por outro lado, caberiam aos homens características valorizadas no mundo do trabalho, como a competitividade, a racionalidade, a agressividade, a objetividade, etc. Assim eles ficariam encarregados das tarefas instrumentais.

Esta cisão apartou homens e mulheres da possibilidade de um desenvolvimento mais integral, em que ambos pudessem expressar quaisquer daquelas características,

construindo, dessa maneira, relações amorosas e conjugais mais simétricas e não complementares, como ocorria no passado com os casais que refletiam o binômio homem provedor- mulher cuidadora. A flexibilização destes papéis pode facilitar o desenvolvimento de uma multiplicidade de possibilidades de ser.

No mundo atual, homens e mulheres são livres para decidir seu futuro e planejar segundo seus próprios desejos, porém isso não equivale a uma permutabilidade de seus papéis e lugares na sociedade. Essa possibilidade de escolha acontece a partir de normas e papéis sociais ainda diferenciados.

Segundo Anthony Giddens em “A transformação da intimidade” (1993), as novas formas de relacionamentos, resultantes das mudanças que vêm acontecendo no amor, no casamento e na sexualidade ao longo da modernidade, tem como base a igualdade e os princípios democráticos. Esse processo de “democratização das relações pessoais” afeta profundamente as representações e vivências do casamento.

No contexto brasileiro, principalmente entre os segmentos médios urbanos mais intelectualizados, o casamento tradicional guiado pela dominação masculina vem perdendo espaço para um relacionamento onde a mulher reivindica igualdade e a negociação está à frente de qualquer tomada de decisão. Essa construção de relações amorosas e sexuais mais democráticas e igualitárias dentro e fora do casamento é uma conquista de homens e mulheres.

Tal conquista vem permitindo o surgimento de outras formas de relacionamento amoroso. Vivemos hoje no símbolo da pluralidade. O casamento formal, heterossexual com fins de constituição de família, continua sendo um valor importante, mas convive com outras formas de relacionamento conjugal.

Portanto, nesse processo de transformação da intimidade, dos valores e das mentalidades, a tendência da sociedade é tornar-se cada vez mais flexível para acolher essas novas transformações das relações amorosas (Araujo, 2002).

3. MÉTODO

O método de investigação que foi adotado é o qualitativo - descritivo, no qual o foco da atenção é a narração que os participantes fazem das suas experiências no processo de mudança, ou não, do sobrenome no casamento. Adotou-se esse tema a fim de estimular os participantes a pensarem livremente sobre o tema e de caracterizar o processo de mudança de sobrenome com suas singularidades e vicissitudes.

3.1. Participantes

Os participantes foram homens e mulheres que oficializaram suas uniões há até três anos e que fizeram diferentes escolhas dentro desse mesmo processo: um casal em que a esposa optou por adotar o sobrenome do marido; um casal que optou por ambos permanecerem com o sobrenome de solteiros; e um casal em que ambos adotaram o sobrenome de seu cônjuge. A delimitação do tempo de casados aconteceu, pois se acredita que em três anos de união conjugal, o processo de escolha ou não de alterar o sobrenome ainda se mantêm vivo na memória dos casais, e por outro lado eles já tiveram um tempo para conviverem com essa mudança e tirarem suas impressões a partir da decisão tomada.

O objetivo inicial era aplicarmos a entrevista também em um casal em que apenas o homem adotou o sobrenome da esposa, porém, não foram encontrados participantes que respondessem a esse critério. Este dado é bastante significativo e reflete os valores da sociedade em que vivemos. Será discutido profundamente na análise e discussões dos dados que serão apresentadas a seguir.

3.2. Instrumento

A entrevista, semi-dirigida, teve perguntas visando à compreensão desse processo de mudança e impacto dessa mudança de sobrenome no casamento (Anexo 2).

3.3. Procedimento

Os participantes foram contatados pessoalmente, por telefone ou por email, por meio da indicação de amigos e familiares que lhes explicaram o objetivo da pesquisa.

Neste contato aconteceu a identificação do aluno-pesquisador, a explicação do tema e do objetivo da pesquisa. Também foi averiguada a disponibilidade dos participantes para concederem a entrevista que teve uma duração aproximada de uma hora, esclarecendo-se que esta seria realizada separadamente com cada um dos cônjuges.

A partir deste contato e levantamento foi marcada a data e o local da entrevista de acordo com a disponibilidade dos participantes.

No encontro para a realização da entrevista foram retomados os objetivos do estudo. Foi reafirmado o sigilo pela preservação das identidades dos participantes, solicitando-se a leitura e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 1).

Foi novamente solicitada a permissão para gravar a entrevista, uma vez que a gravação possibilita uma melhor apreensão do que os entrevistados disseram. A gravação ocorreu apenas com a concordância dos participantes. Eles foram informados de que poderiam esclarecer dúvidas antes do início da entrevista ou a qualquer momento.

No final da realização da entrevista, os participantes foram informados sobre os telefones e e-mails do orientador para contato em caso de dúvidas ou comentários.

3.4. Procedimento para a análise dos resultados

As entrevistas, gravadas e anotadas, foram transcritas na íntegra, para que se tivesse o material completo dos depoimentos de cada cônjuge do casal. Em seguida, foram realizadas diversas leituras e sínteses das narrativas, a fim de obter um relato condensado que ao mesmo tempo continha as informações mais significativas, na forma apresentada pelos participantes.

Finalmente, procedemos com a tematização do conteúdo das entrevistas, visando identificar as marcas da decisão e os significados subjacentes à escolha do sobrenome no casamento.

3.5. Cuidados Éticos

Todas as normas da resolução 196/96 do Ministério da Saúde abaixo discriminadas e relativas à pesquisa que envolve sujeitos humanos foram cuidadosamente discutidas e seguidas:

1. Consentimento livre e esclarecido dos indivíduos-alvo e a proteção a grupos vulneráveis e aos legalmente incapazes (**autonomia**). – Na pesquisa aqui proposta, foi utilizado o Consentimento Livre e Esclarecido em anexo, no qual se explica o objetivo da pesquisa, sendo que uma cópia deste consentimento foi entregue ao participante e a outra ficou com o pesquisador. Nele constava a garantia de que a participação do entrevistado podia ser encerrada a qualquer momento (autonomia) e a descrição do modo como foram utilizadas as informações coletadas;
2. Ponderação entre riscos e benefícios, tanto atuais como potenciais, individuais ou coletivos (**beneficência**), comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos; e garantia de que danos previsíveis serão evitados

(não maleficência) comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos. – A pesquisa não envolveu riscos físicos, e foram tomados todos os cuidados para que os participantes não corressem risco algum. Entretanto, como em toda pesquisa na qual se utilizam entrevistas abertas, os conteúdos emocionais evocados não são totalmente controlados pelo pesquisador. Desta forma, o contato com o pesquisador presente no Termo de Esclarecimento da Pesquisa foi a forma de garantir um cuidado posterior aos participantes. Foi fornecido aos participantes um cartão com os dados pessoais e de contato do orientador a fim de que pudessem, se desejarem ou necessitarem, entrar em contato com os mesmos. Além disso, manteve-se o compromisso de comunicá-los quanto ao término da pesquisa, oferecendo-lhe a possibilidade da marcação de um encontro para que possam ter acesso ao resultado do trabalho. Os benefícios da pesquisa não serão diretos, sendo a contribuição para a compreensão do fenômeno o principal deles;

3. Relevância social da pesquisa com vantagens significativas para os sujeitos da pesquisa e minimização do ônus para os sujeitos vulneráveis, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária (**justiça e equidade**). – A relevância social desta pesquisa justifica-se pela falta de estudos sobre o fenômeno e pela contribuição que ela poderá trazer no sentido de fornecer subsídios para outros trabalhos de pesquisa sobre o tema do impacto da mudança de nome próprio.

4. RESULTADOS

Os resultados estão apresentados de forma sintetizada. Todas as entrevistas foram lidas e relidas diversas vezes a fim de obtermos um relato condensado e consistente da fala dos participantes.

A exposição a seguir expõe os fatos mais relevantes das entrevistas e histórias de vida dos participantes que remetem ao tema e ao desenvolvimento do trabalho como um todo.

4.1. Casal em que apenas a mulher alterou o sobrenome.

1. Tatiana

Tatiana tem 29 anos, reside em São Paulo e atua como gerente administrativa de uma empresa de médio porte. Seu nome foi escolhido por sua mãe, e continha apenas o sobrenome da mesma, uma vez que nunca teve contato com seu pai. Assim, seu nome de batismo era Tatiana Almeida.

Tatiana sempre gostou do seu nome, se identificava muito com ele e conta não ter tido muitos apelidos. Todos a chamavam de Tati, e esse vocativo não se alterava dos diferentes grupos sociais. Apenas uma prima, de quem era mais próxima, a chamava de Tatão, e também não tinha problema com esse apelido.

Durante a adolescência, diz ter passado pelas transformações normais: namoro, início do interesse sexual, período de escolha profissional, vestibular, etc. Encarou esse período tranquilamente, e confessa que teve a ajuda de amigos e da sua mãe nessa fase. “Sempre fui muito próxima da minha mãe. Sempre fui muito tranqüila e não dei trabalho para minha família”. (sic).

Durante a faculdade, onde nunca teve dúvidas sobre a área administrativa, foi a época considera como marco de independência. “Conheci pessoas muito diferentes do que eu estava habituada, pois estava acostumada com escola de bairro, e na faculdade a diversidade de estilo de cada um é muito grande.” (sic).

Considera que amadureceu nessa fase, e confessa ter tido sua mãe como modelo: “A minha mãe sempre foi o meu espelho em relação a batalhar para conseguir o que queremos na vida. Então desde nova queria trabalhar. Consegui meu primeiro estágio e comecei a arcar com os meus gastos pessoais sem ter que pedir dinheiro para minha

mãe, o que me deixou muito feliz, pois ela sempre foi uma batalhadora e estava na hora de eu ajudar em casa”.

Tatiana conheceu seu atual esposo no 3º ano de faculdade, quando passaram a freqüentar a mesma classe. Ela diz que Vitor a conquistou pelo seu jeito de ser, mas confessa que começaram a namorar por influência de uma amiga em comum, que torcia por eles e queria vê-los juntos.

Com o passar dos anos, o namoro foi ficando sério e se encaminhou para o casamento, mas isso demorou aproximadamente seis anos e meio para acontecer. Ficaram noivos e marcaram o casamento civil e religioso que aconteceu no mesmo dia em 2008.

Tatiana considera sua relação conjugal igual às demais: “com seus altos e baixos”, mas acredita que foi construindo aos poucos o espaço conjugal e o individual. Hoje em dia, fazem a maioria das coisas juntos, com exceção de trabalho e cursos, mas quando Vitor sai com os amigos ou para jogar bola, Tatiana diz não ligar e aproveita para estudar. Amor, companheirismo e paciência caracterizam seu casamento.

Quanto à mudança de sobrenome, diz que essa questão já aparecia durante o período de noivado, e Tatiana é enfática ao dizer que nunca quis mudar de sobrenome. Isso nunca passou pela sua cabeça. Sua família a deixou livre para tomar a decisão, e mesmo sua mãe não dava nenhum palpite quanto à decisão da filha.

Porém, dentro do cartório de registro civil, quando o juiz perguntou se haveria mudanças de nome ela respondeu que sim, que iria acrescentar o sobrenome do marido. Tatiana diz que Vitor levou um susto muito grande, e não estava entendendo nada. Ela literalmente tomou a decisão na última hora.

Vitor dizia que a decisão de mudança ou não deveria partir da esposa, mas Tatiana confessa que em todas as falas ficava implícito que ele queria que ela incluísse

o sobrenome dele. E quando perguntada sobre o porquê dessa escolha ela admite: “Acredito que foi para deixar meu marido contente.” Pensou bastante nos futuros filhos para decidir: “Os nossos filhos vão possuir o meu sobrenome e o do meu marido.”

Tatiana não relata ter tido grandes mudanças pela alteração de sobrenome, a não ser pela burocracia dos documentos. “Até agora estou alterando meu nome nos diversos documentos” (sic). Mas confessa que em diversas situações ainda é o sobrenome materno que aparece com mais enfoque: “Em diversas vezes ainda assino com meu nome de solteira”.

2. Vitor

Vitor tem 31 anos, reside em São Paulo e é executivo de uma empresa de grande porte. Seu nome foi escolhido por sua mãe, e apesar de não ter contato nenhum com o pai, foi registrado pelo mesmo e ganhou tanto o sobrenome materno Gusmão, quanto o paterno Araujo. Assim, seu nome de batismo é Vitor Gusmão Araujo.

Vitor sempre gostou do seu nome, e lembra que recebeu esse nome pois sua mãe quis homenagear seu avô materno, que já havia falecido. Ele nunca se incomodou de carregar essa herança, e diz que se sente privilegiado de carregar o nome “de uma pessoa tão grandiosa e querida” (sic) como seu avô.

Vitor conta que foi uma criança muito alegre e recebeu diversos apelidos ao longo de sua vida: quando criança era conhecido como Vitão pelo seu núcleo familiar; ao entrar na adolescência era chamado de Vi por algumas amigas mais próximas; e já na faculdade era conhecido por seus amigos de classe como Gusmão. Vitor se lembra de seus apelidos com muito carinho, e diz que gostou de todos eles em cada uma dessas fases.

Seu período de adolescência foi iniciado pelo interesse sexual, que aconteceu por volta dos 13 anos. Nessa época ainda tudo ficava no desejo, pois esse interesse só foi se concretizar aos 15 anos com uma namorada do colégio. Ainda desse período, Vitor comenta que teve alguns problemas no seu relacionamento com sua mãe. “Minha mãe sempre me protegeu muito, deve ter sido por ter me criado sozinha; mas isso na adolescência pesou muito. Eu queria sair, fazer minhas coisas, deixar de fazer outras, ia mal na escola, e ela não perdoava”. Essa foi uma passagem um pouco complicada na sua vida, mas conforme ele foi crescendo foi passando, e hoje ele tem uma relação ótima com sua mãe.

Aos 18 anos, ele já havia terminado o ensino médio e fazia cursinho pré-vestibular para entrar na faculdade. Seu interesse por Administração surgiu pouco antes dessa fase, conversando com familiares e com amigos. Decidiu pesquisar mais sobre a área e se apaixonou. Aos 19 entrou na faculdade e aos 22 conseguiu seu primeiro estágio remunerado. Para ele, essa foi sua maior conquista. “Consegui emprego em um ótimo escritório de São Paulo, era muito bem remunerado, e ganhei muita experiência nessa área. Continuo trabalhando no mesmo lugar e me sinto realizado. E sem dúvida, foi minha iniciação profissional a responsável pelo sentimento de independência” (sic). E completa: “Nessa fase minha mãe sempre me deu muito apoio, mas eu senti que, ao mesmo tempo em que ela estava feliz com as minhas conquistas, ela estava com medo do meu distanciamento crescente.”

Foi no período de faculdade que Vitor conheceu sua atual esposa; estudavam na mesma sala e confessa que o que primeiro o atraiu foi a sua aparência física. “Achei-a bonita logo de cara, e comecei a me aproximar e a investir em algo mais sério” (sic). Começaram a namorar, e assim ficaram por 6 anos. “O namoro já estava sério e o

noivado e o casamento aconteceram sem grandes impactos” (sic). Casaram no religioso e no civil em fevereiro de 2008.

Vitor caracteriza seu casamento por amor, amizade e fidelidade. Para ele sua relação conjugal sempre foi muito boa. “Estamos construindo algo juntos, algo que está muito bom e satisfatório para mim”. A maioria das coisas eles fazem em conjunto, exceto o trabalho. Mas quando estão os dois livres gostam de passar a maior parte do tempo em casa sozinhos. “Um final de semana ou outro eu costumo sair só com os meus amigos, mas é muito raro”. E por isso considera que “a relação está mais voltada para o conjugal do que para o individual nesse momento”.

Quanto à mudança de sobrenome Vitor diz que sempre deixou Tatiana livre para decidir se acrescentaria seu sobrenome ou não. Sua família também nunca exerceu nenhuma influência quanto a isso, e para ele sempre foi claro que Tatiana não acrescentaria seu sobrenome, já que a mesma dizia achar um absurdo alguém ter de mudar de nome só porque se casou, e para ele isso sempre foi tranquilo, deixando a esposa totalmente livre.

Ele estava certo de que não haveria mudanças nos sobrenome, porém “levou um susto” (sic) na cerimônia civil. “Foi no último momento, quando o juiz perguntou se haveria mudanças no sobrenome que Tatiana disse que acrescentaria meu sobrenome. Para mim foi uma surpresa enorme, eu tinha total convicção de que nada mudaria e ela me deu um grande presente” (sic). E completa: “Na verdade eu fiquei bem feliz com essa decisão dela, foi como se naquele momento ela literalmente entrasse na minha família. Eu entendi ali a nossa união como casal”. (sic)

Vitor afirma que sua mãe também gostou bastante da decisão de Tatiana; ele acredita que, mesmo sem mostrar claramente sua opinião, a mãe achava estranho a esposa não assumir o sobrenome do marido e a partir da decisão atual, sua nora agora

também carregava seu sobrenome, já que o sobrenome acrescentado foi o sobrenome materno de Vitor.

A relação entre as famílias é muito boa, e Tatiana foi super acolhida como membro da família Gusmão. Os futuros filhos carregarão tanto o sobrenome da mãe: Almeida; quanto o do pai: Gusmão, já que são frutos da união desse casal.

3. Tatiana e Vitor

Na infância, Tatiana e Vitor não tiveram contato com o pai por fatores característicos de cada um. Assim, a figura materna é forte na vida dos dois.

A identificação com os nomes próprios aconteceu de forma natural, e não teve nenhuma variante que impedisse isso, entretanto Vitor não assumiu o sobrenome paterno, mas o materno. Ambos possuíam mais de um apelido durante a infância e a adolescência e ambos relembram com carinho desses momentos.

Eles se conheceram no princípio da vida adulta, quando ambos estavam no início de uma independência, e demoraram um tempo razoavelmente grande para construírem uma da identidade conjugal (6 anos).

O ponta pé inicial do namoro partiu de Vitor, mas hoje parecem ter uma relação igualitária na tomada de decisões em conjunto. A vida dos dois parece girar mais em função da conjugalidade, e a individualidade não está muito preservada, talvez, por ser ainda um início da vida conjugal.

4.2. Casal em que apenas o homem alterou o sobrenome.

De acordo com o sistema de escolha dos participantes, conhecido como bola-de-neve, não se conseguiu achar um casal que atendesse a essas características. Diversas pessoas foram contatadas, porém não houve sucesso em nenhuma das buscas. Sempre que o homem acrescentou o sobrenome da esposa ao seu, a recíproca também aconteceu, o que não cabe nos critérios de inclusão deste tópico.

A fim de conseguir tal variante, cogitou-se aumentar a aceitação do tempo de casamento do casal, porém também não foi obtido sucesso. Tal fato será comentado e analisado no próximo capítulo, pois carrega uma grande relevância para o trabalho.

4.3. Casal em que ambos permaneceram com o sobrenome de solteiro.

1. Leidiane

Leidiane tem 30 anos, mora na região metropolitana de São Paulo e é publicitária. Seu nome foi escolhido por seus pais fazendo referência a uma atriz francesa com nome parecido. Mudaram para ficar sonoro no português e resultou em Leidiane. Ela só possui o sobrenome do pai e acredita que “a emoção foi tanta que ambos esqueceram de colocar o sobrenome materno” (sic). Assim, seu nome de batismo é Leidiane Rios.

Ela diz que também acha bonito o sobrenome materno, mas como cresceu apenas com o paterno, ama seu nome assim. Identifica-se muito com ele e o considera diferente, forte, sonoro e bonito. Seus apelidos nunca variavam, todos a chamavam de Leidi. Apenas em casa, entre sua mãe e irmã era conhecida por Le.

Sobre sua adolescência Leidiane relembra com muita animação. Disse ter vivido momentos muito animados e com diversos amigos que guarda até hoje. Não relata nenhum tipo de crise e seu relacionamento com seus familiares não foi muito abalado, “Não brigava muito com meus pais, sempre fui muito tranqüila, aceitava e entendia os cuidados deles. E ele não colocavam tantas restrições assim” (sic), e completa “Só tenho boas lembranças dessa época” (sic). Considera que o marco final desse período foi a entrada na faculdade.

“Entrar na faculdade foi uma grande realização profissional”. Confessa que sempre sonhou com uma grande universidade pública e uma pós-graduação no exterior, traçou essa meta e conseguiu realizar. “A minha felicidade em ir conquistando meus objetivos profissionais e também os pessoais acredito que me ajudou a ser independente. Não houve uma ruptura. Nunca pensei que seria assim, de uma hora para

outra, que conquistaria a minha independência e sim um processo. A minha identidade hoje tem haver com o que fui construindo e me transformando” (sic). E dentro dessa realização pessoal Leidiane inclui seu atual marido.

Essa independência gradual sempre foi vista com bons olhos por sua família, que a todo o momento deram todo o suporte financeiro e emocional que precisava. Encontrar a “pessoa certa” (sic) foi para ela uma “continuidade no processo de crescimento e amadurecimento” que já estava em andamento.

Leidiane conhece seu atual companheiro há 11 anos. Se conheceram no primeiro ano de faculdade, namoraram 6 anos e estão casados há 1 ano. Antes de namorarem se tornaram melhores amigos e, segundo ela, “percebemos o quanto somos parecidos, o quanto queremos as mesmas coisas, valorizamos os mesmos princípios e desejamos uma família com a nossa cara” (sic).

Sua relação conjugal é definida como fantástica: “Perfeita para nós dois, o nosso número. Nunca me senti “limitada” ou mesmo nunca senti perder a liberdade desde que nos conhecemos. A relação e a minha satisfação pessoal como casal só veio a somar”(sic). Amor, companheirismo e felicidade são as palavras que definem seu casamento.

O espaço individual sempre foi preservado na relação, passam a maior parte do tempo separados, em função do trabalho, e quando programam atividades “só de meninos” ou “só de meninas”. Porém, também fazem questão de fortalecer o conjugal: preservam as refeições em conjunto e diariamente fazem ginástica em companhia. Adoram ir ao cinema e viajar é seu hobby.

Quanto a mudança de sobrenome, Leidiane confessa que essa nunca foi uma questão antes do casamento. Seu marido sempre a deixou muito à vontade para colocar o nome dele ou não. “As pessoas sempre me perguntavam se eu iria acrescentar o nome

dele ou não, e eu sempre falei que não mudaria. Sempre gostei do meu nome assim. A minha identidade não está só no nome, mas ele contribuiu muito. Acho que sempre me senti bem com ele, e passei uma fase de solteira importante até aqui com ele”, e completa: “Minha personalidade foi se consolidando e com ela a Leidiane Rios!” (sic).

Sua família não teve nenhuma influência nessa decisão, e segundo Leidiane, sua família e amigos não criticaram nem se mantiveram contra, aceitaram e entenderam a decisão do casal. E levanta uma questão: “Minha cunhada também teve o mesmo pensamento e manteve o dela de solteira, e é curioso também porque ela não tinha o materno, só o paterno” (sic).

De acordo com ela, o social não exerceu nenhuma influência na decisão, foi muito mais o pessoal do que o social. “Talvez antigamente fosse significar algo, mas hoje em dia não é mais assim” (sic). Os futuros filhos terão o seu sobrenome e o do seu marido: “os filhos nascem de uma união, por isso, para nós, é natural ter o sobrenome dos pais” (sic).

E no final aconselha: “Todos tem que fazer o que tiver vontade, o que vai se sentir bem. Eu me sinto muito bem assim sendo Leidiane Rios desde sempre! Adoro o sobrenome da minha mãe e nunca acrescentei, e sempre gostei do sobrenome do meu marido, mas acho que isso é dele. Antes de tudo temos a nossa individualidade” (sic).

2. Alexandre

Alexandre tem 28 anos é juiz e reside na região metropolitana de São Paulo. Seu nome próprio foi escolhido por sua irmã que é 5 anos mais velha e com quem tem uma ótima relação. Alexandre não possui o sobrenome materno, segundo ele foi seu pai quem o registrou, e como tradição familiar, apenas o sobrenome paterno é passado para os filhos. Portanto, seu nome de batismo é Alexandre Azevedo.

Alexandre nunca se incomodou em carregar apenas o sobrenome paterno. Segundo ele sua mãe chegou a confessar que se arrependeu de não colocar o sobrenome dela nos filhos, mas agora já é algo passado. Alexandre gosta de ter um nome curto e se identifica muito com ele.

Em casa, e com entre todos os amigos é conhecido com Ale, nunca teve nenhum outro apelido e acha que não dava tanta liberdade assim para as outras pessoas inventarem apelidos muito diferentes. Isso permanece até hoje, e só os mais próximos o chamam de Ale.

Sua adolescência é considerada por ele como saudável. Sempre teve muita liberdade, e mesmo sendo o filho mais novo, o fato de ser o filho homem, colaborou para que tivesse regalias a mais que sua irmã mais velha. Durante esse período teve o apoio de muitos amigos, que estavam vivendo as mesmas transformações, podendo dividir experiências.

Alexandre é mineiro e saiu de casa aos 14 anos para estudar na capital do estado, o que considera ter sido muito cedo. Aos 17 anos já estava na faculdade, mudou de estado para estudar em uma grande universidade pública de São Paulo e segundo ele, esse foi um ponto decisivo para seu futuro profissional e pessoal. “O que eu não sabia é que optando por fazer a universidade em São Paulo ao invés da universidade federal do meu estado, eu não só me realizaria profissionalmente como conheceria minha futura esposa, que me deu total realização pessoal”.

E esse período de escolha profissional nunca foi questionado: “Direito surgiu como projeto na fase pré-vestibular. Sempre quis estudar e prestar concurso público, e eu consegui!” (sic). Com tudo isso, sua independência foi sendo conquistada desde suas primeiras metas e planos e de forma crescente, sempre com apoio dos pais que viam com bons olhos o sucesso e o crescimento do filho.

Alexandre conheceu sua esposa no primeiro ano de faculdade, e desde o início o que o atraiu foi o Leidiane como pessoa, “tanto que nos tornamos bons amigos antes de tudo” (sic). Demoraram bastante tempo para começarem a namorar, e até o planejamento do casamento foram 9 anos.

Segundo ele sua relação conjugal é muito boa, e sua definição de casamento passa por felicidade, amor e companheirismo. “Estamos construindo ainda nossa relação como casal, mas sabemos não invadir o espaço individual e prezamos muito nossas atividades fora do casamento” (sic), e faz questão de marcar programas só com seus amigos para fortalecer-se também como indivíduo.

De acordo com Alexandre, o casal não chegou nem a cogitar a mudança de seu nome. Só a esposa que queria saber se ele ficaria chateado em não acrescentar o seu sobrenome no dela. E “eu sempre a deixei totalmente livre para essa escolha” (sic). Leidiane também não o influenciou no fato dele nem cogitar mudar seu sobrenome, e segundo ele: “Sempre gostei do meu nome assim, me sinto bem com ele e não mudaria só porque casei”. (sic) Essa decisão foi do casal, e na verdade não teve nenhuma repercussão, seja na família ou nos amigos.

Completando, Alexandre diz que também compartilha da mesma opinião que Leidiane: “Em nossos filhos, os sobrenomes dos dois estarão presentes, símbolo do fruto dessa união. Ficará: Fulano Rios Azevedo” (sic).

3. Leidiane e Alexandre

Leidiane e Alexandre, por motivos particulares, só possuem o sobrenome paterno. Ambos tem bom relacionamento com as mães mas por tradição ou “esquecimento” não carregam a herança nominal, o que para ambos é algo natural e que não traz incômodo, dizem ter se acostumado e gostarem de nomes curtos.

Leidiane e Alexandre começaram a construir sua história conjugal através da amizade, foi assim que se aproximaram e que perceberam suas afinidades e objetivos em comum. Atravessaram juntos momentos importantes para a construção da identidade de cada um: o final da adolescência, a faculdade, e a entrada no mercado de trabalho.

Ambos tinham planos de carreira definidos desde muito jovens, batalharam para realizar e conseguiram. Consideram-se muito felizes por isso. Demoraram bastante tempo para construírem a identidade conjugal e ainda acham que ela está em processo.

Eles se mostram como um casal muito harmônico sabendo inclusive preservar a individualidade de cada um. A fala de ambos está em total sintonia e mostram-se muito realizados e completos em seu relacionamento.

Como indivíduos, eles se construíram e se fortaleceram com seus nomes de batismo, e o casamento não alterou isso. É como se já estivessem totalmente certos de quem eram, não precisando, nem querendo alterar seu sobrenome por causa da união conjugal.

4.4. Casal em que ambos mudaram de sobrenome.

1. Fabiana

Fabiana tem 25 anos, mora no interior de São Paulo e é arquiteta. Segundo ela, seu nome foi escolhido por ambos os pais antes mesmo de se conhecerem. Sua mãe conhecia uma pessoa com esse nome, gostava muito dessa pessoa e queria ter uma filha com esse nome antes mesmo de casar. Já seu pai, quando era mais moço, leu um livro cujo personagem principal chamava-se Fabiano, e pensou que o nome feminino ficaria mais bonito. Então “não foi muito difícil a decisão deles” (sic).

Fabiana lembra também de um episódio de quando era pequena: “Eu aprendi a ler e escrever muito cedo (com 3 anos e meio) e logo percebi que o nome dos outros integrantes da família começavam com “M”. Nessa época eu falava para todos que meu nome era Marta. Porém, não acho que tinha nenhuma relação com gostar ou desgostar do nome e sim com o fato de querer ser igual, e é por isso que quando meu irmão caçula nasceu meus pais logo trataram de colocar um nome que não começasse com “M”. Essa fase “Marta” durou por uns 8 meses, e agora eu adoro meu nome, principalmente por ele não ser tão comum”(sic). Seu nome de batismo é Fabiana Moreira Lopes, Moreira vem da família materna e Lopes do lado paterno.

Seus apelidos sempre foram variações do seu nome: Fabi, Fafabi e Fafarica, e nunca a incomodaram. Até na época de adolescência não se alterou muito, a única mudança foi de Fabi para Faby, mas não sabe explicar o porquê. Aos 17 anos, Fabiana começou a namorar seu atual parceiro, e segundo ela, muitos amigos dele não conseguiam lembrar seu nome, então a apelidaram de “Naná”, que significa: “Nanamorada do Fabrício”. E até hoje muitos a chamam assim.

De sua adolescência, Fabiana não relembra de grandes transformações. “Acho que não teve um momento, um marco de grande independência” (sic). Sempre teve muita liberdade para sair e para tomar suas próprias decisões, e faz um comentário: “Com o casamento me senti um pouco mais independente, porém, ainda conto com a ajuda financeira dos meus pais e moro no fundo da casa deles” (sic). E segundo ela, a independência crescente não é um problema para sua família.

Fabiana está com seu atual marido desde o ensino médio, se conhecem há 11 anos, e segundo ela “foi ele que a viu primeiro” (sic). Suas amigas que comentavam que ele estava a olhando, e depois de um tempo ela começou a reparar nele também; começaram a namorar 6 meses depois.

O casamento veio de uma forma natural: namoravam desde o colégio, atravessaram a faculdade juntos e como ainda queriam ficar um com o outro, decidiram marcar a data do casamento com 8 anos e meio de namoro.

O casamento aconteceu no dia do aniversário de 9 anos de namoro do casal em uma igreja católica e contou também com uma recepção aos convidados. Segundo ela, seu casamento pode ser definido por amor, apoio e companheirismo.

Sua relação conjugal é considerada muito boa, “nos conhecemos há muito tempo, e isso facilita compreendermos bem um ao outro. Dividimos tarefas do cotidiano e participamos um da vida do outro. Entretanto, sabemos preservar e cultivar o individual de cada um. Tenho meus momentos para ir à hidroginástica e sair com as minhas amigas”. E completa: “Sempre gostamos de estar juntos, mas sabemos que cada um precisa do seu próprio espaço” (sic).

Segundo Fabiana a questão da mudança de sobrenome sempre foi clara para o casal: “Eu e meu marido fizemos um acordo que eu só mudaria meu nome se ele também mudasse” (sic), e assim foi feito. Porém Fabiana revela: “Eu sempre usei meu

nome com o sobrenome materno: “Fabiana Moreira”. O sobrenome paterno “Lopes” sempre ficou de lado, mas meu pai ficava muito desapontado com isso e vivia me dizendo que se eu tirasse o sobrenome dele quando eu me casasse ele não entraria na igreja comigo, fazendo todo o drama possível. Contudo, considero que o sobrenome Moreira é muito forte na minha história e na minha personalidade, todos me conhecessem assim, então para não desagradar o meu pai eu mantive o Lopes e coloquei o sobrenome do meu marido “Nunes” no final do nome. Agora eu ignoro “Lopes Nunes” e continuo a ser Fabiana Moreira” (sic).

E segundo ela, seu cônjuge influenciou-a nessa mudança, pois ela não fazia a menor questão de usar o sobrenome dele, e ele queria que ela usasse. Assim, fizeram um acordo que ou ambos mudariam ou ambos permaneceriam com seus sobrenomes de batismo, e a escolha final foi dele, pois Fabrício gostava muito de Moreira e sempre disse que gostaria de usá-lo.

Sua família não ficou muito satisfeita, principalmente seu pai, pois Fabrício iria utilizar o sobrenome materno e não o paterno. Fabiana teve que acalmá-lo dizendo que ele sempre disse para não retirar o sobrenome paterno e isso ela cumpriu.

Como Fabiana passou a ignorar, além do sobrenome paterno, o sobrenome do marido, essa mudança para ela foi indiferente, já que a mesma continua a utilizar o mesmo sobrenome marcante de antes. E, segundo ela, o principal sentido dessa mudança é passar o sobrenome que ela mais utiliza para seus futuros filhos que se chamarão Fulano Nunes Moreira.

2. Fabrício

Fabrício é publicitário, tem 27 anos e reside no interior de São Paulo. Teve seu nome escolhido por sua mãe, que ouvindo a uma música, se identificou com ela, e

colocou em seu filho o nome do personagem principal da canção. Fabrício possui sobrenome materno e paterno, sendo estes Nunes e Queiroz, respectivamente.

Ele confessa que não gostava muito do seu nome, “achava-o muito estranho e diferente” (sic), pois não tinha ninguém da escola com o mesmo nome, o que prejudicou sua aceitação e identificação inicial com seu nome, porém, considera que isso foi “coisa de criança”. Hoje ele até acha legal essa falta de popularidade, o considera “único” e se vê bastante identificado como Fabrício.

Por ser um nome não muito comum, não tinha muita margem a apelidos, era conhecido por Fa, pelos parentes mais próximos, por vermelho, por alguns amigos da escola (por ser ruivo), e no final da adolescência e início da fase adulta ficou conhecido por Nunes.

Esse período da adolescência foi considerado por ele, como iniciado pela primeira experiência sexual, que aconteceu quando ele tinha 14 anos. “Depois disso eu me sentia muito mais velho e acabei mudando meu grupo de amigos para o dos “mais populares”, o que foi muito significativo para mim” (sic).

A independência aconteceu nesse momento, e o que contribuiu para isso foi o vestibular, a entrada na faculdade, a carta de motorista e o primeiro emprego. Os amigos dessa época não mudaram, Fabrício conheceu novos amigos e conservou os velhos. A distância por causa da faculdade dificultou um pouco o contato com alguns velhos amigos mas outros permaneceram.

Esse período de escolha profissional é lembrado como muito difícil na vida de Fabrício, “fiquei muito indeciso, pensei em diversos cursos, mas agora não me arrependo da escolha que fiz. Sinto-me realizado! (sic)”

Seus pais apoiaram a independência cada vez crescente do filho nessa idade. “Eles acompanharam tudo de perto. São muito tradicionais, e eu imagino que tenha sido muito difícil para eles soltar o filho mais novo (sic)”.

Fabício conheceu sua esposa Fabiana há 11 anos, estudaram no mesmo colégio e ele confessa que Fabiana sempre o atraiu. “Eu ficava olhando para ela no intervalo mas ela demorou para me perceber. E apesar de andar com os meninos “populares”, eu tinha muita vergonha e fiquei bem na minha para conquistá-la. Passei bons meses olhando-a” (sic).

Passaram 8 anos juntos antes de se casarem, e o casamento aconteceu de forma natural: “ Atravessamos muita coisa juntos e continuávamos nos amando” (sic). Para formalizar a união fizeram uma cerimônia na igreja e depois a festa para familiares e amigos presentes. As três palavras que definem seu casamento são companheirismo, amor e família, frutos de uma relação conjugal considerada “gostosa e cheia de companheirismo” (sic).

Fabício tem certeza que ambos têm muito espaço na relação. “Temos nossas individualidades bem claras. Eu preservo meus momentos quando faço aulas de capoeira, de clarinete e ao pilotar aviões. Contudo, sempre que podemos passeamos juntos, vamos caminhar ou ao cinema. Fazemos isso para fortalecer a nossa relação como marido e mulher” (sic).

Quanto à mudança de sobrenome Fabício comenta que sempre gostou do sobrenome de Fabiana, acha-o forte, imponente e único. Gostaria de usá-lo, porém, sempre teve clareza que, como casal, se um mudasse de sobrenome o outro também teria que mudar. “Tínhamos duas alternativas: ou nós dois mudávamos ou permanecíamos com os nomes de solteiro. No final a decisão foi minha quando escolhi usar o sobrenome dela, o que fez com que ela também acrescentasse o meu (sic)”.

Fabiana não teve muita influência nessa decisão, deixou para que ele escolhesse. “Sempre quis acrescentar o sobrenome dela, e se assim o fizesse, seria mais justo que ela também usasse o meu. E assim foi feito” (sic). Sua decisão já estava certa antes mesmo de pensarem em casar, já haviam conversado sobre o tema e sobre as possibilidades que teriam.

Segundo Fabrício, sua família não teve participação na decisão, e a reação também foi tranqüila. “Como não retirei nenhum dos meus sobrenomes minha família não desaprovou. Mas, no fundo, acho que eles não gostaram muito do fato de ter colocado o sobrenome da Fabiana no final, já que o peso cultural é mais forte em cima do último sobrenome” (sic).

Seus amigos ficaram um pouco surpresos com a decisão escolhida. “Não é habitual o homem acrescentar o sobrenome da esposa, porém, nossos amigos já nos conhecem como casal e sabem que isso tem bem a nossa cara” (sic). Assim, não houve nenhuma influência ou crítica da parte deles.

Sua relação com a família de Fabiana é muito boa. Fabrício mora na casa dos sogros, e a convivência é bem tranqüila. “Com a mudança eu me senti oficialmente membro da família dela e acho que ela da minha” (sic). Fazendo com que toda essa experiência fosse totalmente gratificante para ele.

O nome dos filhos foi levado em conta na hora de decidirem alterar o sobrenome, e eles terão o nome bem parecido com o dos pais, será “Fulano” Nunes Moreira.

Segundo Fabrício a parte burocrática foi a mais trabalhosa nesse processo, pois agora ele passa a responder como Fabrício Moreira, mas fora isso, essa mudança não trouxe nenhuma consequência para sua vida. Se tivesse a oportunidade faria tudo exatamente como fez, pois tudo foi como ela havia planejado.

Para ele, portanto, o social não exerceu nenhuma influência em sua decisão. “Tenho clareza que o que fiz não é muito comum em nossa sociedade, mas eu não tenho a mínima vergonha de dizer que acrescentei o sobrenome da minha esposa, e me sinto muito orgulhoso por isso” (sic).

3. Fabiana e Fabrício

Fabiana e Fabrício tiveram seus nomes próprios escolhidos por fazerem referência a diferentes pessoas da vida de seus pais. Ambos não se identificavam muito com esses nomes na infância, mas agora aceitam e gostam de seus nomes próprios.

Os apelidos surgiram na vida de ambos, porém Fabiana contava com mais apelidos e variações de seu nome, diferentemente de Fabrício.

Eles se conheceram no final da adolescência. Fabrício já se considerava um pouco mais independente, porém Fabiana não. Apesar disso, compartilharam bons momentos juntos e encontraram-se como casal. Ainda não conseguiram uma total independência, pois moram no fundo da casa dos pais de Fabiana.

Eles se apresentam como um casal bem democrático, sabendo dividir as tarefas e preservar seus momentos de individualidade. A questão da mudança de sobrenome foi tomada de forma bem igualitária, deixando bem claro que se um alterasse o sobrenome o outro também teria que fazê-lo.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados foram lidos e relidos diversas vezes a fim de elucidar todos os aspectos de interesse do presente trabalho e analisar tais pontos com a referência teórica apresentada nos capítulos iniciais.

Cada um dos casais entrevistados foram analisados e discutidos separadamente como na apresentação de resultados, porém, dessa vez, optou-se por analisar e discutir os cônjuges enquanto dupla, já que formaram uma conjugalidade e apresentam diversos aspectos em comum.

5.1. Casal em que apenas a mulher alterou o sobrenome.

Tatiana e Vitor têm aspectos em comum quanto à questão de seus prenomes: ambos tiveram a opinião da mãe como única desse processo, pois nunca tiveram o contato com os pais. Assim, foi delas que vieram as primeiras idealizações, identificações e expectativas em cima de cada um dos nomes escolhidos desde a notícia da gravidez. Pois, segundo Seixas (1996), “o nome é uma palavra especial, carregada de significados, e que marca o sujeito de forma particular e definitiva, pois vem carregado de um sentido que preexiste ao sujeito” (p.27).

Vitor carrega o nome de seu avô materno, e traz ainda mais expectativas e desejos quanto a sua posição futura no mundo. Sua mãe escolheu esse nome para homenagear seu pai, o avô materno de Vitor, que já havia falecido. Infere-se que esse foi um desejo da mãe para que a mesma pudesse reviver no filho seu pai, suas qualidades e de alguma forma tê-lo ainda perto dela. Vitor não se incomoda com sua posição, foi como se assumisse esse papel e se sentisse privilegiado por tal mérito, tendo na família um lugar certo a ser preenchido.

Quanto aos sobrenomes, Vitor é quem carrega mais heranças familiares e a influência das gerações, pois é ele quem traz tanto o sobrenome da sua mãe e como o do seu pai. Já Tatiana carrega apenas o sobrenome da mãe e apesar de não ser claro em seu discurso, podemos inferir uma ausência de significado de parte da sua história quando a mesma não está inscrita em uma linhagem paterna.

Em relação aos apelidos, Tatiana se lembra de apenas dois em todo seu percurso de vida: um bem mais carinhoso, Tati, mais utilizado em seus meios sociais, e outro um pouco mais forte e masculino, Tatão, colocado por sua prima mais próxima. Os apelidos são nomeações mais afetivas e pessoais, e talvez esse apelido mais forte e masculino

viesse em função da posição que a garota teve que tomar desde o início como independente, forte e muito autoconfiante, ao ter como modelo sua mãe, que sempre foi “independente e muito batalhadora” (sic). Assim, Tatiana já se mostrava guerreira desde então.

Vitor já traz consigo diversos apelidos, todos lembrados com muito carinho. É curioso também notar que na faculdade era identificado dentro do grupo como Gusmão, seu sobrenome materno, que pode nos mostrar a herança e posição claramente assumida por Vitor em suas relações sociais, fazendo referência à família de origem.

A adolescência teve diferentes significados para cada um do casal. Tatiana caracteriza esse período como muito tranquilo, pois acredita que sua mãe sempre esteve muito próxima e foi um modelo real e concreto para sua vida. Vitor já relembra esse período como “muito complicado” (sic), pois como sua mãe o protegia demais, nesse período em que ele queria ser um pouco mais livre, fazer suas escolhas e experimentações, sua mãe “não perdoava” (sic), e nessa fase seu relacionamento mãe-filho ficou um pouco abalado. Esses diferentes pontos de vista para a adolescência estão em total harmonia com o as duas diferentes vozes propostas por Gilligan (1982): ligação e separação.

Segundo Gilligan, para os meninos é essencial a separação da mãe para o desenvolvimento da masculinidade, exatamente o que acontece com Vitor, onde separação e individuação estão totalmente vinculadas à sua identidade de gênero masculino. Já para as meninas, segundo a autora, a identidade feminina não depende da separação da mãe, elas se definem exatamente pelo apego e pela identificação com essa figura, marca que é muito clara no discurso de Tatiana. Portanto, dinâmicas diferentes e opostas podem ser causas de ansiedade: para as mulheres isto pode advir da sensação de solidão, abandono e ser deixada. Já para os homens, como ocorreu com Vitor, o

envolvimento profundo é que pode ser considerado ameaçador, principalmente se os contornos da identidade ainda estão sendo definidos.

A primeira escolha profissional de ambos foi quanto à faculdade. Para Tatiana esse processo foi claramente seu ponto de independência já que a mesma sempre quis trabalhar para ajudar em casa, e a faculdade é o primeiro passo para realizar esse objetivo, seguindo sempre o modelo e exemplo concreto da mãe: batalhadora, forte e que mantinha a família sozinha. Assim Tatiana talvez se sentisse na obrigação de ajudar a mãe que tanto fez por ela e seu futuro.

Para Vitor a independência aconteceu um pouco mais tarde, em sua iniciação profissional. A entrada na faculdade foi importante para ele, mas quando ele se sentiu independente economicamente é que isso se acentuou. Nesse período sua mãe tinha muito medo desse distanciamento crescente do filho, o que pode ter contribuído para uma saída e um sentimento de independência posterior se comparado com Tatiana.

A faculdade foi importante para ambos em outro sentido: o encontro e o início da amizade no casal. Para Vitor, Tatiana o atraiu pela beleza e Tatiana confessa que o início do namoro só aconteceu por influência de uma amiga que muito queria vê-los juntos.

Assim, podemos perceber que a posição do casal é claramente influenciada pela questão de gênero, e pela visão de amor romântico. Tradicionalmente e ainda hoje as mulheres atraíam e atraem pela beleza, enquanto que a atratividade masculina ocorre por seu status econômico-social, pela posição de prestígio, etc. Isto ocorre pelo controle exercido pelas sociedades patriarcais em relação ao corpo feminino: embora ambos, homens e mulheres, possam dar e sentir prazer, é a segunda opção o objeto sexual, sendo assim submetida por estas sociedades. Já o homem tem seu valor e sua identidade

associados ao âmbito público que requer características como competitividade, racionalidade, força, etc; atribuídas, assim, ao masculino.

Já a amiga em comum fazia parte da rede social do casal, e acabou influenciando o si-mesmo de Tatiana, porque segundo Bruner (2002, p.99) “o si-mesmo está inserido na rede de outros si-mesmos” e por eles vai sendo transformados e resignificados. Assim, uma pessoa que antes não chamava a atenção de Tatiana, pode ser resignificada com a opinião e a influência dessa amiga.

Tatiana e Vitor namoraram por 6 anos, o que foi considerado por nós como um longo período, como se ambos demorassem para construir uma identidade enquanto casal. Construir essa identidade conjugal demanda trabalho e muito esforço, pois segundo Caillé (1991) esse novo casal terá que construir um modelo próprio de relacionamento, o que pressupõe um distanciamento dos modelos parentais e um esforço mútuo para manter tais escolhas.

Esse conjunto de transações é influenciado pela história de vida familiar e pessoal de cada um dos noivos, e nesse sentido podemos inferir que foi difícil para Tatiana se separar desse modelo da mãe e criar uma história única para ela, que sempre foi tão influenciada por esse exemplo parental. Portanto, essa escolha pode ter sido uma maneira de flexibilizar o jeito de Tatiana estar no mundo, como se a mesma fizesse uma reparação e uma resignificação de uma vivência infantil que teve como base uma história tão diferente da sua.

A cerimônia dessa união aconteceu de acordo com as normas civis e também religiosas, o que pode ser questionado dentro de um discurso tão feminista e revolucionário de mulher moderna apresentado por Tatiana. Apesar de toda essa fala, a cerimônia foi totalmente formalizada, sendo sustentada pelas duas instituições. Assim, essa escolha também fugiu do modelo materno, e recebeu todo o suporte social,

diferentemente dessa mãe que foi mãe solteira em uma época em que não era tão aceito e que deve ter sofrido bastante em função disso. Assim, podemos perceber que Tatiana conseguiu se distanciar do modelo materno tão presente em seu discurso e criar uma história pessoal.

A conjugalidade construída por eles está em total transformação e agregação de valores: Vitor consegue inclusive verbalizar tal fato, o que é perfeitamente saudável quando consideradas as mudanças, dificuldades e desafios desse novo casal, propostas por Caillé (1991). Mas o que está claro é que, hoje em dia, a dimensão individual desse casal perdeu valor e foi totalmente absorvido em função da relação conjugal, já que ambos não têm atividades fora do casamento ou interesses próprios.

Sabemos que, embora seja fundamental se construir uma conjugalidade e um espaço para o casal no início do casamento, é importante também um equilíbrio com a individualidade, a fim de não sobrecarregar a relação com múltiplas demandas (Norgren, 2002).

Isso é perfeitamente normal quando discutimos o ponto apresentado por Hime (2004), que afirma que a individualidade vai sendo confirmada através da relação amorosa. Assim, esse si-mesmo vai se construindo, escolhendo e rejeitando novas possibilidades de ser ao passar dos anos de uma relação conjugal. Acredita-se, portanto que Tatiana e Vitor estão no início desse processo, e estão assim se construindo enquanto si-mesmo e enquanto relação.

Quanto à questão do sobrenome, Tatiana sempre adotou uma posição de total independência ao defender o não acréscimo do sobrenome do marido, totalmente compatível com a história de seus modelos; porém, não foi essa a sua decisão final. Tatiana na última hora decidiu acrescentar o sobrenome do marido, o que pode ser caracterizado como um desejo latente dessa mulher de ser inserida em uma linhagem

masculina que nunca teve representada pelo seu marido. Mais uma vez esse seria um modo dela flexibilizar sua maneira de estar no mundo, através da reparação e resignificação de sua história.

Vitor se colocou em uma posição neutra, porém para Tatiana, o desejo de acréscimo estava implícito em sua fala. E a mesma ainda confessa: “fiz para deixar meu marido contente” e assim conseguiu, pois Vitor significou esse ato como um grande presente, e acredita que assim Tatiana literalmente entrou para sua família.

É interessante pensar que o si-mesmo de Tatiana é mutável e flexível, aberto a novas possibilidades de experiência (Bruner, 2002), e que foi influenciado pelo si-mesmo de Vitor no momento em que tomou essa decisão para agradar o marido, e por ter conseguido produziu em Vitor o sentimento de entrada em sua família.

O sobrenome acrescentado por ela foi o materno de Vitor, pois este é o mais forte e expressivo de sua vida, uma vez que o sobrenome paterno não tem tanta relevância nem significado, pois Vitor não conviveu com seu pai, e pode não se sentir parte dessa família. Isso também agradou a mãe de Vitor, que passará para seus netos sua herança.

Tatiana até acrescentou o sobrenome do marido, mas deve-se pensar se a mesma incorporou-o em sua identidade. Para Marcelino e Fermeirão (2007), quando uma pessoa adota o sobrenome de outra faz com que esta se identifique com este nome, passando a usá-lo como parte de sua identidade. Porém Tatiana deixa claro que ainda não se acostumou com essa idéia, e, diversas vezes, percebe que ainda está respondendo pelo nome de solteira. Podemos atribuir essa confusão ao fato da mudança ser recente, menos de dois anos, mas esse é um dado que precisa ser considerado. Além disso, o casamento é mais que a união de dois indivíduos: é também a união de duas famílias, ou

seja, de diferentes valores, normas, hábitos, significados. Sendo esperados avanços, retrocessos, etc.

Segundo Tatiana sua decisão foi pensando também no sobrenome dos filhos, que serão muito parecidos com o do pai e iguais ao da mãe, uma vez que eles terão primeiro o sobrenome materno e depois o paterno. Assim, essa família seguirá padrões tradicionais, quando identificada pelo sobrenome do pai e, seguir um valor patriarcal, embora provavelmente não reproduzam relações hierárquicas de dominação/submissão, mas sim relações simétricas, o que parece revelar relação mais afetivas.

Concluindo, podemos dizer que o discurso apresentado pelo casal, e principalmente pela esposa, é totalmente inovador e contemporâneo: mulher independente, trabalhadora, não submissa ao marido, com apenas uma linhagem em seu nome, etc.; porém em suas atitudes percebemos muitos aspectos bastante tradicionais: casamento firmado pelas duas instituições (civil e religiosa), o social em destaque como fonte de apoio, acréscimo do sobrenome do marido, valores patriarcais permeando a construção da identidade familiar, etc.

Assim, a relação com esse marido possibilitou para Tatiana uma vivência com o outro sexo nunca tão presente e dentro de uma relação simétrica, onde ambos buscam um espaço de igualdade e também de respeito às diferenças.

5.2. Casal em que apenas o homem alterou o sobrenome.

Como dito anteriormente, o fato de não ter-se encontrado um casal que atendesse a essa características é de total relevância para esse trabalho e merece ser discutido.

Vivemos em um tempo em que a diversidade de escolhas e opiniões é muito bem aceita, em que é legal ser diferente, em que a multiplicidade é bem vista e em que experimentar é permitido, ou seja, vivemos em um mundo considerado e definido como pós-moderno (Penna, 2006); porém, pelo menos no que compete à tradição familiar, nos encontramos em total discordância entre tempo (momento atual) X possibilidades (de se encontrar essas multiplicidades).

Como vimos no capítulo introdutório, o casamento sempre teve um caráter e uma responsabilidade associados à transmissão de bens e de poder; assim, a esposa ao se casar tornava-se propriedade do marido e, portanto, deveria assumir e responder por essa família, ficando explícito o interesse econômico e familiar por trás desse ritual. Apenas depois de um tempo, com o advento do amor romântico, no final do século XVII, é que o casamento passou a ser uma opção pessoal, e o amor e felicidade estavam em primeiro plano.

Seguindo essa última característica, o Código Civil de 1916 (Ferreira, 1988) colocava a mulher como companheira e colaboradora do marido, e esta tinha a faculdade de acrescentar ou não o sobrenome do esposo; contudo, nessa época, só competia a ela essa escolha.

Com a ajuda dos ideais de igualdade para homens e mulheres, o novo Código Civil de 2002 estabeleceu que qualquer um dos cônjuges poderá acrescentar ao seu

sobrenome o nome da família do outro, e essa possibilidade se abriu para homens e mulheres.

Assim, hoje em dia, tanto homens como mulheres podem acrescentar o sobrenome do parceiro, e a escolha de um não influencia na decisão do outro, ou seja, só homem poderia acrescentar o sobrenome da esposa ao seu; porém isso ainda não é encontrado em nossa sociedade.

Percebemos que não há uma necessariamente uma sincronia entre as transformações sociais e as referentes à subjetividade. A rapidez das primeiras desta vez não é acompanhada pelas últimas. Assim, por exemplo, embora haja por meio das instituições legais a possibilidade de opção dentro de uma grande variedade, isto não ocorre em sua totalidade. Outras vezes ocorre o oposto: as transformações na subjetividade e nas relações pessoais demandam mudanças nas instituições (legais, religiosas, educacionais, etc.) Como exemplo, podemos citar o anacronismo presente na religião católica, que não aceita o divórcio e nem o uso de preservativos para prevenção de doenças na relação sexual.

É importante ressaltar que nossa busca não se esgotou, mas chegou aos limites desse trabalho de conclusão de curso. Quando percebemos que não conhecíamos casais que respondessem a tais características buscamos ajuda de amigos, de amigos de amigos, busca na internet, em redes sociais, etc. Chegando inclusive a contatar um casal no exterior que pensávamos responder a tais critérios; porém todas as buscas e tentativas não tiveram sucesso.

Frente a esses dados, por que então foi tão mais fácil encontrar casais em que a mulher acrescentou o sobrenome do marido e não encontrar nem um casal em que apenas o homem acrescentou o sobrenome da mulher? Vamos responder essa pergunta analisando-a à partir das questões de gênero.

Como vimos no segundo capítulo, o gênero é um conjunto de características psico-sociais consideradas apropriadas para cada grupo sexual (homens e mulheres) e resultado de processos sociais. Sendo assim se distingue de sexo a partir do momento em que é considerado mais uma construção imaginária e simbólica do que características genótípicas e fenotípicas do corpo humano (sexo).

A partir do momento em que é considerado o resultado de processos sociais as diferenças entre homens e mulheres são criadas pelo próprio discurso, e feminilidade e masculinidade passam a ser entendidas como culturalmente construídas e situadas no tempo e no espaço. Segundo Kimmel (2000), as questões relativas ao poder estão na base desse processo.

Essas raízes de gênero são históricas e os homens sempre tiveram maior *status* que as mulheres. Tradicionalmente só o homem tinha um projeto social, enquanto que o da mulher era relacional, incluindo o exercício de papéis como de mãe, esposa, dona de casa, cuidadora, etc. Assim, o si-mesmo da mulher frequentemente era definido pelo homem; mesmo na História pode-se perceber a intenção de afirmar a posse da mulher pelo homem por meio do sobrenome.

Embora os ideais de relacionamento tenham mudado, muitos estereótipos de gênero persistem, influenciando nosso comportamento principalmente quando não percebemos. E segundo nossa análise, aí é que está a dificuldade de encontrarmos casais que respondam aos critérios de inclusão na nossa amostra. Acreditamos que embora os novos casais busquem dinâmicas relacionais mais igualitárias, sofrem ainda influência de modelos tradicionais de homem, mulher e relação conjugal.

A questão de transmissão de sobrenome sempre esteve ligada à relação e transmissão de poder. Sendo assim, deve ser difícil para um homem agregar ao seu sobrenome o da sua esposa e suportar toda a carga inconsciente e a pressão social

conservadora que isso traz. Soaria como uma submissão e como uma inversão de papéis e do modelo homem-mulher.

No mundo atual, anteriormente caracterizado como pós-moderno, homens e mulheres são livres para decidir seu futuro e planejar a concretização de seus próprios desejos, porém isso não equivale a uma permutabilidade de seus papéis e lugares na sociedade. De certo modo, as mulheres ainda são vistas como inferiores, e os homens não aceitam trocar esse papel com as mulheres.

Portanto, é muito mais fácil encontrarmos casais em que a tradição prevaleceu e a mulher acrescentou o sobrenome do marido; e não encontrarmos casais em que o acréscimo de sobrenome aconteceu apenas por parte do marido, pode ser uma confirmação dessa impermutabilidade de papéis, e mais uma vez a tradição estaria prevalecendo frente à modernidade, ratificando a discordância entre tempo (momento atual) X possibilidades (de se encontrar essas multiplicidades).

5.3. Casal em que ambos permaneceram com o sobrenome de solteiro.

Leidiane e Alexandre apresentam em seu discurso uma total identificação com seus nomes próprios, falam de sua força e de como foram escolhidos. Leidiane recebeu esse nome pois seus pais queriam homenagear uma atriz francesa com nome parecido, e Alexandre teve seu nome escolhido por sua irmã mais velha, com quem tem uma ótima relação.

Portanto, ambos receberam antes mesmo de nascer e constituir suas individualidades, projeções e expectativas vindas do desejo de quem os nomearam. Leidiane recebeu claramente um forte desejo de idealização com a atriz francesa e Alexandre absorveu o desejo e as expectativas inconscientes da irmã que o nomeou, ficando clara a relação entre receptor (Alexandre) e doador (sua irmã) como expressão do sistema da ótima relação entre ambos (Berenstein, 1988).

É curioso notar que ambos não possuem o sobrenome materno apesar de terem uma relação ótima com suas mães. Alexandre justifica tal fato dizendo da tradição que existe em sua família, em que apenas o sobrenome paterno é passado para os filhos. Deixando clara a desigualdade entre os sexos e a relação de poder que está por trás da não transmissão do sobrenome materno para o filho.

Esse fato vai ao encontro do que foi discutido no capítulo sobre as questões de gênero, onde De Barbieri (1991) revela como as diferenças sociais mantêm a desigualdade entre os sexos, que se articula com outras desigualdades (de raça, de geração, econômicas, etc.), e Kimmel (2000) discute como a questão de gênero tem em sua base questões relativas ao poder entre os sexos. Não transmitir o sobrenome materno pode significar uma desvalorização do papel da mulher na família, que não

pode passar essa herança aos filhos, deixando evidente a desigualdade entre masculino e feminino para esse grupo familiar.

Já Leidiane não possui o sobrenome materno porque “a emoção foi tanta que ambos se esqueceram de colocar o sobrenome materno” (sic), e para nós essa justificativa merece um pouco mais de atenção. Esse esquecimento pode ser interpretado como um desejo inconsciente desse pai de transmitir apenas o sobrenome dele e isso poderia ser uma desqualificação dessa mãe e de sua herança não transmitida. Por esquecimento ou não, apenas a herança paterna foi transmitida à Leidiane e assim como Alexandre, fica subentendido a uma diferença entre masculino e feminino nessa família, em que o gênero masculino aparece com mais intensidade, força e importância.

Leidiane e Alexandre não se incomodam em carregar apenas o sobrenome paterno, suas falas são de total identificação com seus nomes e segundo Martins (1984), esses nomes próprios passaram a constituir a essência do Eu de cada um deles.

Ambos não tiveram muitos apelidos na infância e adolescência. Alexandre relata que não dava tanta liberdade para isso, e como o apelido é considerado uma nomeação mais afetiva e pessoal de cada um, quando não se tem abertura a criação de apelidos fica mais comprometida.

Para Erikson (1976) a adolescência é um período central do desenvolvimento, pois nesse período o adolescente passa por uma descoberta de si-mesmo e seu final é importante para a formação da identidade do indivíduo; e para esse casal esse momento foi de entusiasmo. Leidiane conta desse período com muita animação, não relata crise e diz não ter tido muitas restrições. Alexandre diz ter tido muita liberdade e acredita que por ser o filho mais novo, conseguia algumas regalias. A rede social também é ampliada nessa fase, e Alexandre consegue em seu discurso relatar isso dizendo da importância dos amigos ao dividir experiências.

Ambos traçaram desde o final da adolescência metas e projetos para seu futuro: Leidiane sonhou em cursar uma universidade pública e estudar no exterior e Alexandre quis prestar concurso público. Ambos tiveram êxito em suas tarefas e de certo modo podemos dizer que buscaram parceiros que compartilhassem os mesmos projetos e valores.

Essa clareza de projetos e do foco a ser seguido marca uma identidade pessoal bem definida de Alexandre e Leidiane desde o final da adolescência, com uma coerência de comprometimento, um senso de continuidade, de estabilidade e determinação, características principais do senso de identidade defendido por Erikson (1976).

O sentimento de independência apareceu para Leidiane quando ela ingressou na faculdade: esse fato foi vivenciado por ela como sendo uma conquista, o que contribuiu para que sua identidade fosse sendo construída e transformada. Alexandre saiu de casa muito cedo, aos 14 anos, e ele não relaciona nenhum fato com o sentimento de independência: segundo ele, sua independência foi sendo conquistada desde suas primeiras metas. Ambos tiveram o suporte e o apoio das famílias que viram com bons olhos essa independência crescente.

Leidiane e Alexandre se conheceram na faculdade, e ambos relatam que a escolha profissional influenciou no pessoal a partir do momento que, segundo Leidiane, essa escolha possibilitou-lhe encontrar a “pessoa certa” (características de um amor romântico). Isso nos ajuda a pensar como os relacionamentos amorosos são importantes de se considerar nesse período de final de adolescência e nessa busca da formação da identidade.

Como casal, eles atravessaram momentos muito importantes juntos para a construção da identidade, como o final da adolescência, o período de faculdade e o

início da vida profissional. Foram escolhas e momentos muito importantes que os ajudaram a construir e manter a relação.

Antes de tudo eles se tornaram bons amigos, dizem ser muito parecidos, e nas entrevistas transmitem realmente uma harmonia muito grande e uma total sintonia, o que pode ser analisado como uma identificação e uma simetria em relação aos parceiros.

Eles se conhecem há onze anos, um tempo que pode ser considerado grande, mas que pode ser explicado por Caillé (1991), que discute a dificuldade dos jovens casais de se distanciarem das famílias de origem para construir uma conjugalidade, um processo difícil, mas que culmina em um modelo próprio de relação desse casal. Esse processo ainda está em construção, mas uma boa parte já foi ajustada e eles parecem estar completos em seu relacionamento.

O espaço individual de cada um parece estar ainda preservado: Alexandre faz questão de manter atividades que lhe dêem prazer, e Leidiane preza programas “só de meninos” ou “só de meninas”, o que mostra uma clara distinção entre os gêneros e o que cada um deles pode ou não fazer.

Quanto à mudança de sobrenome, o casal revela que essa nunca foi uma questão nem antes mesmo do casamento; segundo eles, nenhum dos dois cogitou mudar de sobrenome. Suas falas são muito similares e podem ser resumidas através de Alexandre: “... eu não mudaria só porque casei”, e de Leidiane quando complementa: “Minha personalidade foi se consolidando e com ela a Leidiane Rios!”.

Essas falas expressam como a identidade de cada um desse casal foi se construindo com seus nomes, que são parte importante desse processo. Segundo Greimas e Courtés (*apud* Bievindas e Ravello, 2006), os nomes de Leidiane e Alexandre garantiram a eles um princípio de permanência e garantem uma continuidade do seu ser que não foi alterada em função do matrimônio. Assim, segundo Erikson

(1976) a identidade deles já estava construída com uma apropriação identificatória de cada um deles.

Segundo o casal, o social não influenciou na decisão. Leidiane confessa que talvez antigamente fosse significar algo essa não mudança em função do significado de posse que era atribuído à mulher ao acrescentar o sobrenome do marido, mas hoje em dia ela não sofreu nenhuma crítica quanto a isso e não se arrepende da decisão.

Os futuros filhos do casal carregarão os dois sobrenomes, e o paterno será empregado por último. Ou seja, haverá uma mudança na transmissão da herança nominal dos filhos em relação à deles, que reflete o modelo próprio de relação desse casal e a busca de uma relação igualitária que foi construída entre eles. Apesar disso o tradicionalismo e o conservadorismo ainda terão espaço a partir do momento que o sobrenome paterno receberá mais importância, ao menos pelo contexto social, por ser colocado por último no nome dos filhos.

Para finalizar, é curioso ressaltarmos o quanto Leidiane e Alexandre, em suas entrevistas, buscam a todo o momento se firmar enquanto indivíduos singulares que vieram se construindo em torno de seus nomes. Deram a eles tanta importância que o fato do matrimônio não foi suficiente para mudar tal identificação primária com seus nomes de batismo. A frase final no discurso de Leidiane, em que a mesma ressalta que antes de tudo eles têm suas individualidades, mostra como eles se afirmam enquanto si - mesmos e quanto dão importância para isso.

5.4. Casal em que ambos mudaram de sobrenome.

Fabiana e Fabrício têm na história de seus nomes um percurso parecido. Fabiana teve seu nome escolhido por seus pais, que se identificaram com pessoas queridas de suas vidas, e o nome de Fabrício foi escolhido por sua mãe que se identificou com o personagem principal de uma música. Assim, pode-se supor que ambos carregam desejos inconscientes de seus pais, com uma série de significados e expectativas do lugar que eles deveriam ocupar no mundo (Seixas, 1996).

Em suas entrevistas, Fabiana e Fabrício mostram que não gostavam de seus nomes próprios quando eram crianças. Fabiana não gostava de ser a única pessoa da família com o nome que começasse com a letra F, chegando a dizer que se chamava Marta para se igualar aos membros de sua família. Isso nos mostra como as relações interpessoais de Fabiana nessa fase atribuíram significados e experiências a ela, dentro da rede de si-mesmos em que ela estava inserida (Bruner, 2002). Além disso, revela a necessidade dela afirmar sua pertinência à família e não sua discriminação.

Fabrício relata que não gostava do seu nome por considerá-lo muito estranho e diferente quando era criança, “não tinha ninguém na escola com o mesmo nome, o que prejudicava em sua aceitação” (sic). Essa frase nos indica como as primeiras relações sociais das crianças são determinantes para a organização de um eu; não só as relações de apego hierárquicas com os pais, mas também as relações simétricas são âmbitos de experimentação da cooperação e da competição que preparam para a intimidade (Bowlby, 1987). Desse modo Fabrício achava seu nome diferente perante os amigos, e não o aceitava direito, mas segundo ele isso foi “coisa de criança” (sic). Portanto, “ser como” os amigos também reafirma o sentimento de pertinência e identificação, bases importantes para a construção de identidade.

Hoje em dia ambos se identificam com seus nomes, e o fato de serem incomuns os ajudou a gostarem dele, nos revelando como os padrões de comportamento da infância são e foram revistos por Fabiana e Fabrício.

Quanto aos apelidos, Fabiana possuía mais variações de seu nome, que a acompanharam e a acompanham. Um que persiste até hoje é o “Nana”, que significa “Nanamorada do Fabrício”, que ela recebeu de uns amigos do seu atual marido, que não lembravam seu nome. Essa forma mais afetiva de ser conhecida nos esclarece como a relação amorosa com um outro passa, depois de um tempo, a nos identificar e se torna um pedaço de nós, já que as experiências de contato afetivo permitem a construção e valorização de si (Bowlby, 1987). Portanto, de certa forma, para os amigos de Fabrício é como se ela fosse muito mais namorada dele do que ela mesma, ou seja, o papel de namorada é mais forte que a identidade singular dela.

Fabrício não se lembra de tantos apelidos em sua infância e adolescência. Segundo ele seu nome era tão diferente que não dava margens a isso, mas esse dado deve ser questionado: será que o nome não dava margem a apelidos ou era Fabrício quem não dava abertura? Porque para que um apelido surja, é necessário que o outro permita, uma vez que este é um vocativo mais pessoal e afetivo.

Quanto ao período de adolescência, Fabrício relembra da sua primeira experiência sexual, da época do vestibular, da carteira de motorista e do primeiro emprego; experiências que corroboram o período de descoberta de si-mesmo proposto por Erikson (1976), quando o jovem resintetiza as identificações passadas fazendo escolhas e comprometendo-se com elas; além de projetar-se para o futuro.

No final desse período Fabrício considera que se sentiu mais independente, e todos esses fatores ajudaram muito. A escolha profissional segundo ele foi bastante difícil, passou por um período de bastante indecisão, mas hoje se considera realizado

com sua escolha. Esse período de indecisão é considerado natural para a faixa etária e a situação se pensarmos que essa é a primeira escolha pessoal do adolescente, e essa escolha não diz apenas o que ele fará, diz também respeito quem ele será. Assim, é fundamental que se vivencie a moratória psicossocial, período de espera até que se assumam os compromissos adultos, quando a sociedade mostra-se permissiva frente aos questionamentos e experimentações adolescentes.

O eixo profissional é um eixo importante da identidade adulta, âmbito de expressão da autonomia e da afirmação de si. Ainda hoje, apesar de todas as transformações sociais e nas relações, os homens identificam-se com o “fazer”, com as realizações e a produtividade, embora comecem também a cuidar mais e melhor das relações; o que proporciona um desenvolvimento mais harmônico e integral do que ocorria no passado.

Fabiana não relata grandes transformações nessa fase, e segundo ela, não existiu um momento em que se sentisse mais independente. Podemos inferir que isso acontece porque Fabiana ainda hoje não se considera independente, uma vez que ainda mora na casa dos pais, e, portanto não conseguiu independência financeira total para se bancar enquanto indivíduo e casal. O que contribuiu um pouco para um sentimento de independência foi, segundo ela, o casamento, mas essa independência foi apenas no aspecto relacional e não é considerada completa. Pode-se imaginar que ainda não houve uma discriminação de Fabiana em relação à sua família de origem, o que dificulta a construção de espaço e identidade conjugal.

Fabiana e Fabrício se conhecem há onze anos pois cursaram o mesmo colégio, e, segundo Fabrício, foi a atração física que o fez reparar em Fabiana; marca das questões de gênero aí envolvidas, já que tradicionalmente as mulheres atraíam e atraem os homens pelo aspecto físico. Isto revela desigualdades de gênero pois, embora o corpo de

homens e mulheres possam dar prazer, apenas o feminino é considerado objeto sexual, o que revela o controle das sociedades patriarcais sobre o corpo e a sexualidade da mulher. (Barbieri, 1991).

Começaram há namorar seis meses depois e após oito anos de namoro marcaram o casamento, que aconteceu em uma instituição religiosa e uma instituição civil, marcando a necessidade de apoio social a essa união. Assim, o casamento não é apenas uma instituição privada, mas também pública e, sendo assim, é normatizado, regulamentado e controlado.

Segundo o casal, sua relação é muito boa e equilibrada, sabendo preservar o momento individual de cada um e fortalecendo-se enquanto casal nas ações do dia-a-dia. Isso nos mostra que Fabiana e Fabrício conseguiram criar um espaço próprio para a relação deles, e sabem equilibrar o conjugal com o individual, conquistada e advinda de um processo de construção segundo Carter & McGoldrick (1995).

Quanto à questão da mudança de sobrenome, eles já haviam conversado diversas vezes e a decisão já estava tomada antes mesmo do casamento. Era claro para o casal o direito de igualdade no acréscimo do sobrenome do parceiro: se um acrescentasse o outro também deveria fazer o mesmo; o que revela a reciprocidade e a busca de trocas igualitárias nas relações amorosas contemporâneas.

Fabrício sempre gostou do sobrenome da esposa, considerava-o forte e imponente e decidiu acrescentá-lo; Fabiana não fazia questão do sobrenome do marido, e segundo ela só o acrescentou por causa do acordo pré-matrimonial; assim, o marido a influenciou totalmente na decisão. Vê-se como se mudam os padrões modernos e pós-modernos de valorização de relações de gênero igualitárias e padrões arcaicos e tradicionais (Figueira, 1987).

A família de Fabiana, mais precisamente seu pai, não gostou da decisão da filha. Ele já havia deixado claro que não permitia que ela tirasse seu nome ao se casar, fez chantagem em cima de tal fato e Fabiana fez o que o pai desejava. Com esse fato, podemos inferir que o pai de Fabiana não gostaria que sua filha apagasse o passado de sua família ao retirar seu sobrenome, e o peso da tradição prevaleceu na decisão. Além disso, percebe-se sua força e capacidade de influenciar como homem e como pai.

O pai de Fabiana também ficou desapontado com o fato de ser transmitido ao marido e conseqüentemente os filhos de Fabiana, o sobrenome materno; mas, segundo Fabiana, ela o chantageou dizendo que já não tinha retirado o seu sobrenome paterno, e ele não teve mais do que reclamar. O peso da tradição do nome paterno, da herança familiar e das questões relativas ao gênero mais uma vez ficou evidente na situação.

Para Fabiana essa mudança não teve nenhuma conseqüência para sua vida: passou a ignorar além do sobrenome paterno, também o do seu marido, assim ela continua usando seu sobrenome materno que é mais marcante, e a mudança foi então indiferente para ela. Mas podemos então considerar que existiu uma mudança?

Acreditamos que a mudança de sobrenome, com o acréscimo do último nome do esposo, foi apenas burocrática e não foi sentida como real para Fabiana. Ela continuou a ser Fabiana Moreira como antes, e seus sobrenomes menos importantes para ela continuaram a ser ignorados. Portanto, fica claro que Fabiana não se identificava com o seu sobrenome paterno: Lopes, e não se identificou com seu novo sobrenome: Nunes, ignorando ambos e respondendo pelo sobrenome que mais a identificava: Moreira.

Para Fabiana, o único sentido que essa mudança teve foi o fato dela transmitir para seus futuros filhos o sobrenome que ela mais gosta, e ele será colocado como último sobrenome das crianças, marca da importância detrás dessa decisão.

Para Fabrício, ele se sentiu gratificado, se identificava muito com o sobrenome da esposa, e como também não retirou nenhum de seus sobrenomes sua família não se desapontou. Ele só imagina que tenha sido difícil para seus pais o fato do sobrenome de Fabiana vir por último, exatamente pelo peso da tradição, mas essa é uma inferência dele e não uma opinião manifesta de seus pais.

Fabrício tem consciência que sua decisão é incomum, mas em nenhum momento se arrepende do que fez e sente muito orgulho em carregar o sobrenome da esposa. A parte burocrática foi a mais trabalhosa, mas ele passou a responder como Fabrício Moreira como sempre sonhou.

Portanto, podemos dizer que Fabrício utiliza o sobrenome de sua esposa como se fosse seu próprio sobrenome de batismo, se identificando com ele e deixando que fizesse parte de sua identidade (Marcelino e Fermeirão, 2007). E segundo Bruner (2002), Fabrício atribuiu significado a sua relação conjugal de modo que construísse e apreendesse a concepção de “eu” naquele momento, resignificando seu si-mesmo.

5.5 Discussão entre as diferentes escolhas dos casais.

Nesse tópico iremos discutir as diferentes escolhas apresentadas anteriormente e fazermos uma comparação entre os processos e as decisões tomadas. Para facilitarmos a apresentação dos dados numeraremos os casais: chamaremos o casal em que apenas a mulher mudou de sobrenome de primeiro casal; o casal que não foi encontrado na pesquisa será o segundo casal; o casal em que ambos permaneceram com os sobrenomes de batismo será o terceiro casal; e para finalizar, o casal em que ambos trocaram de sobrenome será o quarto casal.

As análises feitas anteriormente nos mostraram que todos colaboradores tiveram influência de expectativas e desejos inconscientes de quem os nomeou, e carregam também a história de seus antecedentes com o sobrenome; a nomeação já pressupõe isso, e poderá influir no que o sujeito será mais tarde (Seixas, 1996).

Cada casal, e principalmente cada colaborador tem suas particularidades nesse processo, mas é interessante notar as similaridades entre cada elemento do casal: no primeiro casal, ambos não tiveram contato com os pais, e conseqüentemente o ato da nomeação sofreu influência apenas da mãe de cada um deles; no terceiro casal, ambos não possuem o sobrenome materno, apesar de terem boas relações com suas mães; e no quarto casal, ambos não gostavam de seus nomes próprios quando criança, e se identificavam mais com seus sobrenomes maternos, o que foi transmitido para seus cônjuges.

Esse fato nos chamou bastante atenção, e com base neles, podemos inferir que houve uma busca e uma identificação, mesmo que inconsciente, entre os casais para encontrarem história e pessoas muito parecidas com as suas; a fim de se associarem

enquanto individualidades semelhantes para a construção de um modelo próprio de conjugalidade.

Esse fato fica mais claro no terceiro casal, onde ambos têm projetos bem claros no final da adolescência, e buscam parceiros com metas e objetivos de vida semelhantes. E o objetivo parece ter sido alcançado, porque, especialmente este casal, se apresenta em total sintonia e harmonia de falas e opiniões.

Todos os casais entrevistados se conhecem há bastante tempo, de 7 a 11 anos, um tempo considerado grande, mas que pode ser analisado levando-se em conta os desafios desses jovens casais propostos por Caillé (1991) e Carter e McGoldrick (1995): o casamento representa uma grande mudança, e os parceiros devem se esforçar para legitimar a própria escolha de forma mais independente possível dos pais e criar um modelo próprio de relação. O casamento é mais que a união de dois indivíduos: é também a união de duas famílias, portanto, são esperados avanços e retrocessos, o que pode justificar esse longo período de namoro e construção conjugal.

A vinda de filhos pode ser um estressor do relacionamento conjugal à medida que novos desafios são apresentados ao casal: devem tornar-se cuidadores, abrir espaço afetivo para ser ocupado pelas crianças, reorganizar a rotina doméstica e reestruturas os relacionamentos com as famílias extensas e com os amigos. Além disso, conciliar trabalho e vida familiar é uma demanda que exige a ativação de recursos já existentes e também a construção de novos recursos. Portanto, freqüentemente a relação conjugal passa por instabilidades e questionamentos, enquanto que as identidades pessoais também são revistas. Como os casais entrevistados ainda não têm filhos, embora os projetem, vivem com maior estabilidade este período do ciclo de vida de suas famílias nucleares.

Os três casais entrevistados todos tiveram o casamento institucionalizado tanto no civil como no religioso, e de acordo com Ferreira (1988), após a Revolução Francesa, o casamento tornou-se assunto exclusivamente jurídico, tornando-se opcional o casamento religioso e obrigatório o civil. Essa busca pela institucionalização também religiosa pode nos mostrar que esses casais ainda buscam um apoio social maior, e ainda são influenciados por ele; ou seja, o tradicionalismo ainda aparece nesses casais pós-modernos.

A tradição surge em outros momentos nos relatos dos casais: todos transmitirão aos filhos os sobrenomes maternos e paternos, construindo uma história diferente da deles, re-escrevendo a própria marca da nova identidade familiar que se reafirma com a vinda dos filhos; apenas no quarto casal, o nome materno será colocado por último no nome dos filhos, uma marca exclusiva desse casal, porque tanto no primeiro quanto no terceiro casal, será o sobrenome paterno o último.

Outro momento em que a tradição se apresenta é por trás do discurso inovador e contemporâneo da esposa do primeiro casal, que a todo o momento se mostrou independente, forte e contra a “submissão” da mulher na troca de sobrenome; no último momento, se rendeu à tradição e adotou o sobrenome do marido. Podemos acrescentar a esta suposição o peso da história de vida da esposa, que talvez esteja reparando a falta de um pai presente através da sua opção por dar visibilidade à pertinência à família do marido adotando seu sobrenome. Assim, percebemos por meio deste fato as múltiplas influências presentes na escolha do sobrenome: a historicidade, as idiosincrasias devido à singularidade do indivíduo, sua história de vida, o significado atribuído às mudanças que o casamento trás, às relações familiares, as questões de gênero, etc. Para compreender esta escolha requer um olhar para a complexidade, da qual fizemos um pequeno recorte que no permitiu vislumbrar a profundidade do tema.

É curioso também notarmos que no primeiro e no terceiro casal, quando o assunto da troca de sobrenome aparecia entre eles, era cogitada apenas a possibilidade da mulher acrescentar o sobrenome do marido, em nenhum momento nesses casais, o homem enfrentava esta opção. E o próprio fato de não encontrarmos casais em que apenas o homem acrescentou o sobrenome da mulher também é mais uma confirmação da prevalência da tradição em nossa amostra.

Encontramos aspectos e características pós-modernas (Penna, 2006) apenas no quarto casal: foi o homem quem acrescentou o sobrenome da esposa e a mesma, apesar de também ter feito a troca, não passou a assumir concretamente. Podemos dizer que a troca foi apenas formal e não foi sentida como real para a esposa. Supomos que o fato de ter construído uma identidade pessoal autônoma com contornos bem definidos tenha influenciado nesta ambivalência entre o formal e o concreto.

Portanto, com essas entrevistas, podemos perceber que embora os casais pós-modernos busquem dinâmicas mais igualitárias e simétricas nas relações, ainda sofrem influência de modelos tradicionais; a flexibilidade de papéis entre homens e mulheres não é tão simples de acontecer, pois revela sentidos, cargas e influências que vão muito além da opção de mudar ou não de sobrenome.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo contribuir à compreensão do sentido, dos antecedentes e das conseqüências das diferentes opções acerca do sobrenome no matrimônio, pois como vimos respaldados pela Constituição Brasileira, tanto homens quanto mulheres podem acrescentar o sobrenome do seu cônjuge.

Entretanto em nossa amostra, percebemos que essa troca não foi igualitária, e na maioria dos casais, cabia apenas a mulher acrescentar o sobrenome do marido ou não; ao homem poucas vezes foi cogitada essa opção.

Tivemos diferentes casais e diferentes escolhas; entretanto, podemos perceber que em todos os entrevistados a decisão da escolha do sobrenome do matrimônio variou de acordo com a história individual de cada um; em todos pudemos perceber que as questões de gênero e de poder estão também na base desse processo, e embora os casais queiram relações mais igualitárias, essa troca ainda não existe em todos os aspectos da relação, e a inversão de papéis ainda não é tão simples de acontecer.

Portanto, podemos concluir que apesar de vivermos em um mundo pós-moderno, e sermos bombardeados por uma série de possibilidades, ainda recorre-se muito aos padrões arcaicos, e a tradição ainda prevalece quanto o assunto é o acréscimo ou não do sobrenome do parceiro. Fizemos um recorte, e mesmo assim percebemos a multiplicidade de possibilidades existentes na escolha do sobrenome no casamento. Este fato, associado à impossibilidade de encontrarmos um casal em que apenas o homem adotou o sobrenome da esposa revelam que as mudanças nas relações de gênero constituem-se num processo em que convivem padrões arcaicos com as transformações da pós-modernidade.

O olhar para as relações de gênero contribuiu bastante para a compreensão do tema focalizado nesses jovens casais, pois foram levados em conta a historicidade, o espaço onde as relações ocorrem e o poder implícito ou explícito nelas presentes. Portanto, uma compreensão mais aprofundada do fenômeno pediria um embasamento voltado à construção da subjetividade e das relações por meio da Psicologia, Sociologia, História, entre outros olhares. Vislumbrar a complexidade e a profundidade do tema foi uma decorrência importante do nosso objetivo de mapear e compreender o sentido, os antecedentes e as conseqüências das diferentes opções acerca do sobrenome no matrimônio.

Como psicólogos e/ou pesquisadores podemos contribuir tanto para promover mudanças relativas às desigualdades de gênero como para perpetuá-las. Um olhar crítico para nossa atuação é indispensável à postura ética que prezamos e devemos ter. Temos também que pensar que somos co-participantes na construção do conhecimento, e é importante termos consciência de quais são nossas crenças, valores, mitos, para que possamos discriminá-los das informações obtidas.

Considerando-se que o “tornar-se casal” é uma fase crítica do ciclo vital dos indivíduos e das famílias de origem, favorável, portanto à intervenção psicológica, o profissional pode atuar tanto na promoção de saúde e na prevenção quanto na reparação por possíveis disfunções e dificuldades presentes nas relações e na construção da subjetividade dos indivíduos envolvidos.

Esta pesquisa pode ensinar um pouco mais sobre o papel de pesquisador: que a experiência nas entrevistas acontece com o tempo, pois percebemos quão diferente foi nossa postura na primeira e na última entrevista. Na primeira, aspectos de timidez, medo e muita insegurança estiveram presentes, e conforme as entrevistas foram acontecendo isso foi diminuindo. Assim, um desafio encontrado foi em relação aos

resultados e aos dados obtidos: as últimas entrevistas parecem muito mais aprofundadas e completas, o que pode ser explicado pela experiência como pesquisadora e pela diminuição de sentimentos presentes nas primeiras entrevistas.

Outro aspecto relevante a ser assinalado é a importância de o pesquisador ter clareza acerca das suas expectativas frente ao que busca, e a indispensável abertura ao novo, à surpresa, àquilo que é diferente do esperado: nesta pesquisa imaginamos que os colaboradores dariam enfoque à dificuldade de acrescentar o sobrenome de outra família e de uma hora para outra ter que fazer parte dela, imaginamos o peso que isso seria; porém, foram poucos os entrevistados que mencionaram isso. Esse processo apareceu de forma mais leve e tranqüila para eles, talvez pelo fato de já terem vivenciado tudo isso mais intensamente, e hoje, depois de alguns anos, esse peso não mais aparece

Concluindo, acreditamos que essa pesquisa apenas mapeou e procurou compreender um recorte desta realidade complexa, em movimento. Novas pesquisas são necessárias, com o mesmo tema e foco. Futuros estudos podem investigar, por exemplo, especificamente casais onde apenas o homem adotou o sobrenome da esposa, quando essa característica já for mais comum em nossa sociedade; investigar mudanças nos nomes próprios dos indivíduos, pois esses também vêm com sentidos e cargas, que são diferentes das dos sobrenomes; investigar mais em longo prazo esse processo de mudança de sobrenome, em estudos longitudinais; e também pessoas que mudaram seus sobrenomes por conta do casamento e que após a separação de seus cônjuges tiveram que voltar ao seu nome de batismo ou que, por outro lado, optaram por conservar o de casadas.

Essas são possibilidades dentro desse vasto tema da nomeação dos indivíduos, e qualquer estudo que complete e amplie nossos conhecimentos na área são importantes

quando, como psicólogos, estamos lidando com indivíduos que são, a todo o momento, afetados por suas nomações.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AINSWORTH, M. **Patterns of attachment: A psychological study of the strange situation.** Hillsdale: Erlbaum, 1978.

ARAUJO, M. de F.. Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. **Psicol. cienc. prof.** , São Paulo, jun. 2002, vol.22, no.2, p.70-77.

ANDRADE, G.M de P. **A Dois, A Três, A Quatro... Encontro e Individuação na Sociedade Pós-Moderna.**São Paulo. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

BARBIERI, de T. Sobre la categoría género: una introducción teórico-metodológica. In: **Seminários Prodir.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas, pp.25-45, 1991.

BEIVINDAS, W.; RAVANELLO, T. **Identity and identification: Semiotics and Psychoanalysis.** São Paulo: Alfa, v.50, n.1, p.129-144, 2006.

BERENSTEIN, I. **Família e Doença Mental.** São Paulo: Escuta, pp.119-147, 1988.

BERGEVIN, T.; BUKOWSKI, W.; MINERS, R. Desenvolvimento Social. In: **Uma introdução à Psicologia Desenvolvimental.** São Paulo: Instituto Piaget. Cap. XVI, 2005.

BOWLBY, J. (1987) **Apego.** São Paulo: Martins Fontes, 1987.

BROWN-SHAW,M.; WESTWOOD.M.; URIES,B.Integrating personal reflection and group-based enactments. **Journal of aging studies**, ed.13, v.1., 1999.

BRUNER, J. **Atos de Significação.** São Paulo: Artmed, 2002.

CAILLÉ, P. **Un et un font trois.** Lê couple revele à lui-même. Paris: ESF, 1991.

CARTER, B. & MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CAVALCANTI, A. E. L. W. (2005). O nome da mulher no direito de Família. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande do Sul, v. 21. Disponível em <<http://www.ambito-juridico.com.br>> Acesso em 27/03/2009.

CIAMPA, A. C. **A Estória do Severino e a História da Severina**: um ensaio de psicologia social. 1/5. Ed. São Paulo: Brasiliense, v. 1., 248 p., 1996.

ERIKSON, E. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar. Ed.2. , 1976.

FERREIRA, Adriano. **O Direito ao Nome**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro, 2001.

FIGUEIRA, S.A. O “moderno” e o “arcaico” na nova família brasileira. In: S.S. Figueira (Org), **Uma nova família?** Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

GERGEN, K.L. **El yo saturado**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1992.

GIDDENS, A. **A Transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: UNESP, 1992.

GILLING, C. **Uma voz diferente**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982.

HIME, F.A. **A biografia feminina e a história das relações amorosas: o vôo da fênix**. São Paulo. Dissertação (Doutorado em Psicologia Clínica) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

HOLANDA FERREIRA, A.B. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1986

IZQUIERDO, M.J. Uso y abuso Del concepto de género. In: Vilanova, M. (org). **Pensar las diferencias**. Barcelona, Ed. Universitarias, 1994.

KIMMEL, M. Inequality and difference – The social construction of gender relations. In: **The gendered society**. New York: Oxford University Press, 2000.

LIPOVETSKY, G. **A terceira mulher**: permanência e revolução do feminino. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

MACIEL Jr, P. A. **Tornar-se Homem**: O projeto masculino na perspectiva de gênero. São Paulo. Dissertação (Doutorado em Psicologia Clínica) - Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

MARCELINO, A.; FERMENTÃO, C. O Direito ao Nome e os Direitos da Personalidade. **Revista Jurídica Cesumar**, Maringá, v. 7, n. 2, p. 531-548, jul./dez., 2007.

MARTINS, F. **O nome próprio: da Gênese do Eu ao Reconhecimento do Outro**. Brasília: Ed. UnB, 1984.

NORGREN, M. de B. P. **“Para o que der e vier?”**: Estudo sobre casamentos de longa duração. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.

OAKLEY, Ann. Sex, gender and society. In: **Manual de formação em gênero da Oxfam**. Londres: Temple-Smith, 1972.

PENNA, E. M. D., **Jung e a pós-modernidade**. São Paulo: Jungiana, v.24, 2006.

SEIXAS, A.M.S. A Nomeação Como Expressão do Desejo dos Pais e Atribuição de Significado ao Sujeito. **Psicologia Revista**, São Paulo, nº. 3,23-51, 1996.

SOUZA,R.; RAMIRES, V. **A Teoria do Apego e os Relacionamentos**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2003.

SPITZ, R. A. **O primeiro ano de vida**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

WALTERS,M.; CARTER,B.; PAPP,P.; SILVERSTEIN,O. **La rede invisible:**_pautas vinculadas al género em las relaciones familiares. Barcelona: Ed. Paios Ibérica, 1996.

8. ANEXOS

8.1 . TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, RG _____, declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) na pesquisa de campo referente ao projeto intitulado “O impacto da mudança de sobrenome na identidade de homens e mulheres casados”, desenvolvido pela Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Fui informado(a), ainda, que a pesquisa é orientada pela Profa. Dra. Flavia Arantes Hime, a quem poderei contatar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone 36708320.

Afirmo que aceitei participar por minha vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais identificar as marcas da decisão, da escolha e do impacto da mudança de sobrenome na personalidade e na vida pessoal, profissional e social dos indivíduos durante a união conjugal. Fui também esclarecida de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidas às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista a ser gravada.

Estou ciente de que, caso eu tenha dúvida ou me sinta prejudicada, poderei contatar o pesquisador responsável ou seu orientador, ou ainda o Comitê de Ética em Pesquisa da PUCSP.

A pesquisadora principal do estudo me ofereceu uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa.

Fui ainda informada de que posso me retirar deste estudo a qualquer momento, sem qualquer prejuízo .

São Paulo, ____ de _____ de _____.

Assinatura da participante: _____

Assinatura da aluna pesquisadora _____

Assinatura da orientadora _____

8.2. ROTEIRO DE ENTREVISTA

- Dados de Identificação:
 - * Nome Completo:
 - * Data de Nascimento:
 - * Idade:
 - * Escolaridade:
 - * Profissão:
- Qual o seu nome de batismo? Quem foi responsável pela escolha do seu nome? Você sabe o seu significado? Na família, você recebeu algum apelido?
- Qual o seu sobrenome antes de casar? Qual era paterno e qual era materno?
- Você gostava do seu nome de batismo quando criança? Identificava-se com ele?
- Houve mudanças no modo como te chamavam? Amigos, parentes ou na escola te chamavam de jeitos diferentes? O que você achava?
- Por quais transformações você passou na adolescência e no seu final? Um apelido te marcou mais nesse período?
- Entre 17 e 23, houve um marco de independência? Como eram os amigos? Eles mudaram?
- Como foi o processo da escolha profissional?
- Quando e em quais aspectos se sentiu mais independente? Como a família via isso? Qual a relação da família com a independência crescente?
- Como e há quanto tempo conhece o parceiro?
- O que te atraiu na pessoa? Como começaram a namorar?
- Como resolveram se casar? Por quê? Depois de quanto tempo de namoro isso aconteceu?
- Houve e como foi a cerimônia do casamento?

- Diga 3 palavras que caracteriza o casamento?
- Como você descreveria sua relação conjugal?
- O que vocês fazem juntos e o eu fazem separados? Como chegaram a isso?
Vocês sempre tiveram espaço para a individualidade na relação?
- Como foi sua tomada de decisão de mudar o nome de batismo?
- Quais fatores responsáveis por essa escolha?
- Seu cônjuge influenciou nessa mudança?
- A questão da mudança de nome surgiu em algum momento antes de tomarem a decisão de se casarem oficialmente? Quando? Como foi?
- Como foi a reação e a participação da sua família nessa decisão? Os amigos reagiram a isso?
- Como foi para você essa mudança?
- Você relataria alguma consequência na sua vida pessoal ou profissional por causa da mudança de sobrenome?
- Qual o sentido que essa mudança teve para você?
- Você pensaria hoje de maneira diferente a decisão tomada?
- Quando tomou a decisão, você já pensou nos filhos? Como ficaria o nome deles?
- Qual a importância do social nessa decisão?
- Se um jovem casal estivesse tomando as decisões referentes ao sobrenome após o casamento, como você os aconselharia?
- Gostaria de falar mais alguma coisa?
- O que você achou da entrevista?

